



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
MESTRADO ACADÊMICO

TARCILA LIMA ALCÂNTARA DE GUSMÃO

**VÍDEO EDUCACIONAL SOBRE INFECÇÕES SEXUALMENTE
TRANSMISSÍVEIS DIRECIONADO A PROFESSORES DE ESCOLAS
PRISIONAIS FEMININAS**

Recife

2021

TARCILA LIMA ALCÂNTARA DE GUSMÃO

**VÍDEO EDUCACIONAL SOBRE INFECÇÕES SEXUALMENTE
TRANSMISSÍVEIS DIRECIONADO A PROFESSORES DE ESCOLAS
PRISIONAIS FEMININAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Enfermagem.

Área de concentração: Enfermagem e Educação em Saúde.

Linha de Pesquisa: Saúde da Família nos cenários do cuidado de Enfermagem.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Tatiane Gomes Guedes

Coorientadora: Prof.^a. Dr.^a Francisca Márcia Pereira Linhares

Recife

2021

TARCILA LIMA ALCÂNTARA DE GUSMÃO

**VÍDEO EDUCACIONAL SOBRE INFECÇÕES SEXUALMENTE
TRANSMISSÍVEIS DIRECIONADO A PROFESSORES DE ESCOLAS
PRISIONAIS FEMININAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Enfermagem.

Aprovada em: 25/08/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a Tatiane Gomes Guedes (Orientadora) -UFPE

Prof.^a. Dr.^a Eliane Maria Ribeiro de Vasconcelos (Examinadora interna) -UFPE

Prof.^a. Dr.^a Maria Wanderleya de Lavor Coriolano Marinus (Examinadora interna) -UFPE

Prof. Dr. Nelson Miguel Galindo Neto (Examinador externo) -IFPE

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem.”

Ao amor da minha vida: Miguel.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

À **Deus** por toda inspiração, força e saúde que me foi concedida ao longo desta caminhada, e por cruzar meus caminhos com tantas pessoas iluminadas que me ajudaram chegar até aqui.

Aos meus pais amados, **Cristina e Bebê**, que desde muito cedo me incentivaram a trilhar os caminhos do estudo e sempre me ofertaram todo amor e segurança para alçar meus próprios voos com a certeza de que sempre terei um ninho para repousar. O amor de vocês me trouxe até aqui e me fez prosperar. Amo vocês infinitamente!

À minha irmã, **Thamires**, por todo apoio, amor e aconchego durante toda a nossa vida juntas, mas, sobretudo no início dessa jornada por ter sido amparo e fortaleza para Miguel e eu. Te amamos.

Ao meu filho **Miguel**, luz da minha vida. Obrigada por dividir comigo esse processo formativo desde quando era um bebê de apenas quatro meses. Juntos vivemos dias cinzentos que só nós dois sabemos, mas vivemos ainda mais dias de luz e alegria! Ser sua mãe é a maior certeza do amor de Deus por mim.

Ao meu esposo, **Jonathan**, por todo o companheirismo ao longo de toda a minha caminhada acadêmica desde os dias de cursinho pré-vestibular. Obrigada por acreditar em mim, me apoiar e se fazer presente em nossa família sempre que precisei me ausentar. Juntos somos um time infalível.

À minha avó, **Elozita**, por todo amor e por ter me ensinado a ser forte e guerreira como a senhora. Ter a senhora junto a mim nessa caminhada me fez ter certeza de que posso ir mais longe. Obrigada por tanto!

À minha sogra, **Maria das Graças**, por me acolher como filha, compartilhar comigo este sonho e se fazer tão presente junto à Miguel sempre que precisamos. Ao meu sogro, **Juarez**, por tanto carinho e incentivo. Sem vocês essa jornada seria muito mais difícil.

À minha orientadora **Profa. Dra. Tatiane Guedes**, por toda dedicação, cuidado, atenção e amor com que conduziu essa orientação. Professora, a senhora é luz e brilho na vida dos seus alunos. Me sinto agraciada por nosso encontro desde o primeiro período da graduação. Ser sua aluna alimentou em mim o desejo de ser uma professora parecida com

você. Obrigada por tudo. **Deu tudo certo!** (Nossas orientações sempre se encerravam com: Vai dar tudo certo Tarci, sempre dá!).

Às minhas amigas de uma vida inteira, **Allana, Alice, Bia, Gabriella, Gabriela e Gleice**, por toda parceria, amizade, amor e presença constante na minha vida durante todos os momentos. Amo vocês!

À **Rute**, amiga que dividiu de perto comigo essa vivência tão intensa do mestrado. Obrigada por todo apoio, carinho e cuidado, você fez os meus dias mais leves e divertidos!

Aos meus amigos de trabalho da **Faculdade dos Palmares**, por todo incentivo, compreensão e apoio. Especialmente a Diego, Lucas e Poliana, por dividirem comigo as dores e as delícias da pós-graduação. Vocês sempre foram motivação e alegria nessa caminhada.

A todos os meus colegas da **Turma M11** do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFPE, por todos os momentos compartilhados ao longo do mestrado, todo companheirismo e apoio. Torço grandemente pelo sucesso de cada um de vocês!

Aos **docentes do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem** por todo o conhecimento compartilhado nessa etapa formativa tão importante. Agradeço especialmente à **Profa. Dra. Francisca Márcia**, querida coorientadora, por toda ajuda e partilha; e a **Profa. Dra. Estela Meirelles**, por todo afeto e contribuições ao meu processo formativo desde a tão marcante disciplina de Educação em Saúde.

Aos **docentes da Escola Estadual Olga Benário Prestes**, inspiração e público-alvo desse estudo, por sua tão importante participação.

Aos **juízes especialistas**, por contribuir com sua expertise para o aprimoramento e viabilidade desse estudo.

RESUMO

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) representam um agravo à saúde pública. Mundialmente, os níveis de IST entre a população em privação de liberdade tendem a ser mais elevados quando comparados à população geral. Compreende-se que o espaço escolar representa um local estratégico para estabelecer o cuidado às mulheres por meio de projetos que informem a respeito da saúde sexual e prevenção das IST e HIV. Assim, a multiplicação de informação aos professores torna-se fundamental para o desenvolvimento de atividades técnicas e pedagógicas acerca da temática em escolas prisionais femininas. A inserção de uma tecnologia educacional paraeducação em saúde dos docentes no espaço prisional poderá facilitar o processo de ensino-aprendizagem, tanto para educadores quanto para educandos. Este estudo teve o objetivo de construir e validar uma tecnologia educacional acerca das IST direcionada a professores de escolas prisionais femininas. Trata-se de um estudo metodológico desenvolvido em três etapas: construção da versão inicial do vídeo; avaliação do conteúdo com juízes especialistas e avaliação pelo público-alvo. Para fundamentar a etapa de seleção de conteúdo, realizou-se uma Revisão Integrativa que objetivou identificar as IST mais prevalentes na população feminina em privação de liberdade. A amostra, composta por sete artigos, evidenciou que as IST dominantes nesta população são clamídia, gonorreia, sífilis, Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), tricomoníase, hepatite B e hepatite C. Para subsidiar a construção do vídeo, foi realizado, em seguida, com o intuito de identificar a tecnologia educacional mais adequada para o público-alvo, grupo focal com nove docentes de uma escola localizada em uma unidade prisional feminina em Recife-PE, que elegeu o vídeo educacional como a tecnologia a ser construída. Na etapa de construção, seguiu-se o desenvolvimento das fases de pré-produção, produção e pós-produção do vídeo, de acordo com o referencial metodológico de Comparato (2009). O vídeo foi construído no formato *White Board* por meio da plataforma *Vídeo Scribe* a partir do roteiro previamente elaborado. A terceira etapa consistiu na validação do vídeo educacional. A avaliação de conteúdo foi realizada por 22 juízes especialistas e a análise semântica contou com a participação de 10 docentes. O instrumento de avaliação foi construído com base no referencial metodológico de Comparato (2009) e avaliou itens das seguintes seções: conceito da ideia, construção dramática, ritmo, personagens, potencial dramático, diálogos, estilo visual e público referente. Os dados

foram analisados nos softwares R 3.5.2 e SPSS 2.0. Realizou-se o cálculo da frequência absoluta, média, desvio padrão, teste binomial e Índice de Validade de Conteúdo (*Content Validity Index – CVI*). O S-CVI/AVE Global do vídeo foi satisfatório (0,90). A versão final do vídeo “Papo de professor: Infecções Sexualmente Transmissíveis no contexto prisional feminino” possui duração de 11’55” e foi considerado válido quanto ao conteúdo e semântica, caracterizando-se com uma tecnologia para a educação em saúde de professores acerca das IST no contexto prisional.

Descritores: Infecções Sexualmente Transmissíveis; Prisões; Formação Continuada; Educação em Saúde; Tecnologia Educacional; Recursos Audiovisuais; Enfermagem.

ABSTRACT

Sexually Transmitted Infections (STI) represent an aggravation to public health. Worldwide, STI levels among the population in deprivation of liberty tend to be higher when compared to the general population. It is understood that the school space represents a strategic place to establish care for women through projects that inform about sexual health and prevention of STIs and HIV. Thus, the multiplication of information to teachers becomes essential for the development of technical and pedagogical activities on the subject in female prison schools. The insertion of an educational technology for health education of teachers in prisons can facilitate the teaching-learning process, both for educators and students. This study aimed to build and validate an educational technology about STIs aimed at female prison school teachers. This is a methodological study developed in three stages: construction of the initial version of the video; content evaluation with expert judges and evaluation by the target audience. To support the content selection stage, an Integrative Review was carried out, which aimed to identify the most prevalent STIs in the female population in deprivation of liberty. The sample, consisting of seven articles, showed that the dominant STIs in this population are chlamydia, gonorrhea, syphilis, Human Immunodeficiency Virus (HIV), trichomoniasis, hepatitis B and hepatitis C. To support the construction of the video, it was then made, in order to identify the most suitable educational technology for the target audience, a focus group with nine teachers from a school located in a women's prison in Recife-PE, which chose educational video as the technology to be built. In the construction stage, there was the development of the pre-production, production and post-production phases of the video, according to the methodological framework of Comparato (2009). The video was built in the White Board format using the Video Scribe platform from the previously prepared script. The third step consisted of validating the educational video. The content evaluation was carried out by 22 expert judges and the semantic analysis had the participation of 10 professors. The assessment instrument was built based on the methodological framework of Comparato (2009) and evaluated items from the following sections: idea concept, dramatic construction, rhythm, characters, dramatic potential, dialogues, visual style and referent audience. Data were analyzed using R 3.5.2 and SPSS 2.0 software. The absolute frequency, mean, standard deviation, binomial test and Content Validity Index (CVI) were calculated. The S-CVI/AVE Global of the video was satisfactory (0.90). The final version of the video "Teacher's Talk: Sexually Transmitted

Infections in the Female Prison Context" has a duration of 11'55" and was considered valid in terms of content and semantics, featuring a technology for teachers' health education about IST in the prison context.

Keywords: Sexually Transmitted Diseases; Prisons; Education Continuing; Health Education; Educational Technology; Audiovisual Aids; Community Health Nursing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Representação das etapas de desenvolvimento do vídeo educacional. Recife-PE, 2021.	34
Figura 2-	Ilustrações da plataforma <i>VideoScribe</i> utilizadas para a produção do vídeo “Papo de professor: Infecções Sexualmente Transmissíveis no contexto escolar prisional feminino”. Recife-PE, 2021.	40
Figura 3-	Ilustrações do banco de imagem utilizadas para a produção do vídeo “Papo de professor: Infecções Sexualmente Transmissíveis no contexto escolar prisional feminino”. Recife-PE, 2021.	42
Figura 4-	Fluxograma de seleção dos artigos que compuseram a amostra. Recife-PE, 2019.	49
Figura 5-	Ilustrações inseridas no vídeo após a avaliação de conteúdo. Recife, 2021.	56
Figura 6-	Apresentação da professora de biologia após as sugestões dos juízes. Recife, 2021.	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Critérios de seleção dos juízes para avaliação de conteúdo do vídeo. Recife-PE, 2021.	44
Quadro 2-	Descrição dos artigos quanto à autoria e principais resultados. Recife-PE, 2021.	50
Quadro 3-	Descrição das necessidades de aprendizagem dos professores sobre IST no contexto prisional de acordo com os discursos do grupo focal. Recife, PE, Brasil, 2021.	
Quadro 4-	Síntese da avaliação qualitativa do conteúdo do vídeo “Papode professor: Infecções Sexualmente Transmissíveis no contexto escolar prisional feminino. Recife-PE, 2021.	55
Quadro 5-	Descrição das alterações realizadas no roteiro após avaliação de conteúdo. Recife-PE, 2021.	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Avaliação de conteúdo do vídeo “Papo de professor: Infecções Sexualmente Transmissíveis no contexto escolar prisional feminino”. Recife-PE, 2021.	54
Tabela 2-	Avaliação da aparência do vídeo “Papo de professor: Infecções Sexualmente Transmissíveis no contexto escolar prisional feminino” realizada pelos professores. Recife-PE, 2021.	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Acquired Immunodeficiency Syndrome
BDENF	Base de Dados de Enfermagem
CASP	<i>Critical Appraisal Skills Programme</i>
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CINAHL	Cumulative Index to Nursing & Allied Health Literature
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPFAL	Colônia Penal de Abreu e Lima
CPFB	Colônia Penal Feminina de Buíque
CPFR	Colônia Penal Feminina do Recife
CVI	<i>Content Validity Index</i>
DeCS	Descritores em Ciências da Saúde
DVD	Disco Digital Versátil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EUA	Estados Unidos da América
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humano
HPV	Papilomavírus Humano
IBECS	Índice Bibliográfico Español en Ciencias de la Salud
GF	Grupo Focal
I-CVI	Item-Level Content Validity Index
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LILACS	Literatura Latino- Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MESH	Medical Subject Headings
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PE	Pernambuco
PNE	Plano Nacional de Educação
PNSSP	Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário
RI	Revisão Integrativa
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>

S-CVI	<i>Scale-Level Content Validity Index</i>
S-CVI AVE	<i>Scale-Level Content Validity Index, Average Calculation Method</i>
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TE	Tecnologia Educacional
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	OBJETIVOS.....	24
2.1	Objetivo Geral.....	24
2.2	Objetivo Específico.....	24
3	REVISÃO DE LITERATURA.....	25
3.1	Educação no contexto prisional.....	25
3.2	Formação continuada de professores.....	28
3.3	Vídeo educacional como estratégia para educação continuada.....	30
4	MÉTODO.....	33
4.1	Tipo de Estudo.....	33
4.2	Local do Estudo.....	33
4.3	Procedimentos Metodológicos.....	34
4.3.1	Construção da versão inicial do vídeo.....	34
4.3.1.1	Elaboração do conteúdo.....	34
4.3.1.2	Revisão Integrativa da Literatura.....	35
4.3.1.3	Grupo Focal.....	36
4.3.1.4	Produção do vídeo educacional.....	38
4.3.2	Avaliação de Conteúdo.....	43
4.3.3	Avaliação Semântica.....	47
4.4	Aspectos Éticos.....	48
5	RESULTADOS.....	49
5.1	Revisão Integrativa da Literatura.....	49
5.2	Grupo Focal.....	51
5.3	Vídeo Educacional.....	52
6	DISCUSSÃO.....	60
7	CONCLUSÃO.....	65
	REFERÊNCIAS.....	65
	APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido para o grupo focal.....	74
	APÊNDICE B – Carta convite aos juízes especialistas.....	77
	APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido para os	

juízes.....	79
APÊNDICE D – Instrumento para caracterização dos juízes especialistas..	82
APÊNDICE E – Instrumento para avaliação de conteúdo.....	83
APÊNDICE F – Carta convite ao público-alvo.....	86
APÊNDICE G – Termo de consentimento livre e esclarecido para o público-alvo.....	88
APÊNDICE H – Instrumento para caracterização do público-alvo.....	91
APÊNDICE I – Instrumento de avaliação semântica.....	92
ANEXO A – Carta de anuência da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco.....	93
ANEXO B – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco.....	95
ANEXO C – Carta de anuência da Escola Estadual Olga Benário Prestes..	97

1. INTRODUÇÃO

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) representam um agravo à saúde pública no Brasil e no mundo. Entre suas principais consequências estão o risco de infertilidade, abortos, más formações congênitas e aumento do risco para infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) (GONÇALVES, 2019).

Estima-se a ocorrência de mais de um milhão de casos de IST por dia no mundo. Anualmente, ocorrem cerca de 357 milhões de novas infecções entre HPV, clamídia, gonorreia, sífilis e tricomoníase (PEREIRA, 2019). No Brasil, nos últimos cinco anos, foram registrados uma média de 40 mil novos casos da Síndrome da Imunodeficiência Humana (Aids), dos quais 67% são em homens e 37% em mulheres (BRASIL, 2020).

Em todo o mundo, os níveis de IST entre a população em privação de liberdade tendem a ser bem mais elevados quando comparado à população fora dos ambientes prisionais. Tal fato justifica-se pela rapidez com que as doenças transmissíveis se disseminam em populações carcerárias, bem como das condições precárias de higiene no ambiente prisional, uso de drogas ilícitas e o baixo nível de acesso a informações sobre saúde (DOMINGUES, 2017).

Dados baseados em autorrelatos das presidiárias, no que concerne às IST, não correspondem à realidade, o que pode subestimar a ocorrência de IST prévia nessa população, afinal, muitas mulheres sequer sabem o que são IST e como identificá-las (NICOLAU, et al, 2012). As mulheres, historicamente, são mais vulneráveis nos diversos âmbitos da vida, com destaque para a saúde, em virtude de apresentarem necessidades particulares ao sexo feminino (RUFINO, 2016).

A falta de informação sobre os variados tipos de IST, bem como as apresentações assintomáticas e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde durante o encarceramento, favorecem a não identificação e subestimação dessas patologias por parte da população (COLE, 2014). Estudo realizado no estado do Pernambuco, reforça que a incidência de HIV e demais IST na população privada de liberdade chega a ser 100% maior quando comparada a população em geral. (CORDEIRO, 2018).

A alta razão de prevalência de IST, aliada à alta frequência de comportamento de risco adicional para transmissão de infecção na comunidade, como baixa adesão ao uso de preservativos e múltiplos parceiros, torna as mulheres em privação de liberdade um grupo criticamente

importante para o alcance de ações preventivas ao HIV e outras IST (DIUANA, et al, 2016).

No Brasil, o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) tem como objetivo principal contribuir para o controle e/ou redução dos agravos mais frequentes à população carcerária brasileira, a exemplo das IST, por meio de ações estratégicas de educação em saúde (BRASIL, 2004).

As Regras de Bangkok, marco normativo internacional acerca do tratamento para mulheres privadas de liberdade, destacam no item 17, que essa população deve receber educação e informação sobre medidas de prevenção de doenças, incluindo as IST (UNODC, 2015). Além disso, as instituições penitenciárias devem apoiar o desenvolvimento de atividades voltadas para a prevenção, tratamento e cuidado relativos ao HIV, tendo como base a educação em saúde (BRASIL, 2016).

A educação em saúde é compreendida como um processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população. As práticas de educação em saúde envolvem três segmentos de atores prioritários: os profissionais de saúde que valorizem a prevenção e a promoção tanto quanto as práticas curativas; os gestores que apoiem esses profissionais; e a população que necessita construir seus conhecimentos e aumentar sua autonomia nos cuidados, individual e coletivamente (LOPES, 2019).

Assim, é importante refletir sobre a necessidade de garantia de atenção à saúde com foco em atividades de educação em saúde problematizadora nos espaços prisionais. Essas iniciativas devem considerar a análise crítica do fenômeno, a identificação de conhecimento sobre a doença, a desmistificação de preconceitos e o estímulo ao desenvolvimento de posturas protetivas de saúde (TRIGUEIRO et al., 2016).

No Brasil, a necessidade de medidas de enfrentamento dessas situações levou à implantação de políticas públicas e programas voltados para redução dos agravos à saúde sexual e reprodutiva. Nesse cenário, foi instituído pelo Ministério de Educação, o Programa Saúde na Escola, que tem como uma de suas ações a promoção da saúde sexual e reprodutiva, integrando saúde e educação (BRASIL, 2011).

O ambiente escolar é um dos alicerces envolvidos no processo educacional, sendo um meio que integra o indivíduo à sociedade, erguendo relações que se estendem ao longo da vida. Compreende-se que esse espaço representa um local estratégico para estabelecer o cuidado às mulheres por meio de projetos que informem a respeito da saúde sexual e

prevenção das IST e HIV, contribuindo para a efetividade de políticas intersetoriais, englobando saúde e educação (FAIAL, 2016).

A educação, enquanto integrante desse cenário escolar, deve oportunizar modificações e contribuir na busca de respostas às demandas sociais. Isso só é possível quando o conteúdo dialogado apresenta relevância e interage com contextos, dificuldades e perspectivas sociais. Destarte, a educação também consiste em um processo ativo, libertador, que transforma e se reinventa à medida que as necessidades mudam (MONTENEGRO-MARTÍNEZ, 2019).

Embora o ambiente escolar seja considerado propício para o desenvolvimento de atividades de educação em saúde, a exemplo da saúde sexual, estudos evidenciam que grande parte dos professores não tem recebido capacitação adequada para lidar com temáticas relacionadas à sexualidade, o que propaga propostas pedagógicas que não atendem as necessidades específicas de conhecimentos acerca do tema (VIEIRA, 2017; FAIAL, 2017).

As escolas apresentam dificuldades em aderir à Diretriz Curricular que orienta a inserção da educação sexual como tema transversal. Vários são os motivos que contribuem para essa realidade: resistência de muitos docentes de outras áreas do conhecimento, que transferem a responsabilidade para os professores de ciências ou biologia; relações de confiança fragilizadas entre professor e aluno; tabus e preconceitos que fazem com que os docentes não se sintam confortáveis para abordar a temática em sala de aula; bem como ~~assim um~~ déficit de conhecimento dos professores acerca das questões relacionadas às saúde sexual e reprodutiva (BARBOS, 2019).

Importante ressaltar que, mesmo nas disciplinas de ciências e biologia, espaço em que conteúdos sobre sexualidade são comumente tratados, as abordagens se limitam ao aspecto biológico e não oportunizam uma compreensão ampliada que estimulem a adoção de práticas sexuais saudáveis (SARMENTO, 2018).

No contexto prisional, a complexidade é maior, haja vista que existem singularidades na conjuntura prisional, porém, ao mesmo tempo, semelhantes a outros espaços educativos. Conhecer as rotinas e as relações de poder a que estão subjugados nessa sociedade e identificar os efeitos da cultura prisional sobre todos aqueles que transitam no ambiente prisional com diferentes visões de mundo, de educação, de cultura

se constitui em ponto de partida para a construção de políticas públicas que se efetivem com algum sucesso (PEREIRA, 2018; SILVA e NUNES, 2018).

É imperativo que a educação no sistema prisional tenha como prioridade o desenvolvimento da capacidade crítica e criadora do educando, tornando-o atento para as possibilidades de escolhas e a importância dessas escolhas para a sua vida e, conseqüentemente, para a do seu grupo social. E isto dar-se através de uma ação conscientizadora capaz de instrumentalizar o educando para que ele firme um compromisso de transformação com sua própria história (NOVO, 2019).

Assim, sabendo que os modelos de educação em saúde, sobretudo no âmbito da saúde sexual, a exemplo das IST, variam de acordo com as concepções daqueles que promovem as práticas educativas, fomentar a educação em saúde dos professores torna-se fundamental para o desenvolvimento de atividades educativas acerca da temática em escolas prisionais femininas (MACHADO, 2017).

A formação continuada dos profissionais da educação está descrita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como um processo que pode ser realizado no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, sendo reforçada na Meta 16 do Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024) (BRASIL, 2014). Configura-se como um dever do Estado, bem como direito e dever dos docentes. Estes, precisam constantemente refletir e compreender objetivamente as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino e da formação do aluno (IBERNÓN, 2010), o que corrobora com relevância da educação em saúde de professores acerca da saúde sexual e reprodutiva.

Faz-se necessário, portanto, o uso de estratégias inovadoras para o processo formativo em educação, de forma que, a partir das situações concretas, o conhecimento teórico torne-se mais útil e significativo para os professores (GASPARELO, 2017).

É necessária, pois, a valorização do professor por meio de oportunidades de acesso à qualificação profissional que possa respaldar suas práticas em sala de aula. É fundamental compreender que determinados conhecimentos são essenciais ao exercício da docência, porém o professor não adquire tais competências e habilidades de forma

espontânea, visto que a ação docente envolve tarefas complexas e específicas. (BRASIL, 2020)

As Tecnologias Educacionais apresentam-se como opção pedagógica a ser utilizada no processo de educação em saúde dos docentes. O uso de tecnologias na educação permite elevar a qualidade das práticas de ensino por meio de uma abordagem pedagógica ampliada, marcada pela criatividade e interação entre educador e educando. Essas, podem promover reflexões teóricas e, por vezes, o desenvolvimento de competências e habilidades nos processos de ensino-aprendizagem (CARVALHO, 2019).

A disponibilização de uma tecnologia para educação em saúde dos docentes no espaço prisional poderá facilitar o processo de ensinagem, tanto para educadores quanto para educandos (ANGOTTI, 2016). Isso ocorre, especialmente, quando se propõe o desenvolvimento de uma tecnologia construída de forma coletiva, com vista a atender questionamentos e produzir soluções para o contexto de sua inserção. Assim, a tecnologia pode ser capaz de estimular o pensamento crítico, o desenvolvimento de habilidades, a ideia de responsabilidade social e a adoção de práticas saudáveis no âmbito da saúde sexual e reprodutiva, bem como fornecer subsídios para a reformulação de estratégias no campo educacional e da saúde pública (CURSINO, 2017).

Dentre as opções de recursos tecnológicos, o uso de recursos multimídias pode contribuir efetivamente para o processo de aprendizado. Compreende-se por recurso multimídia aquele que utiliza diversos formatos de informações, como imagens, sons e animações, que estimulam simultaneamente vários tipos de percepções e sentidos, assim como diferentes formas de aquisição de conhecimentos. (COZENDEY, 2018)

O vídeo educacional é uma multimídia que possibilita a exploração inovadora dos conteúdos, pois a linguagem audiovisual tem a capacidade de alcançar o espectador de forma multissensorial, pois permite a estimulação da visão e audição simultaneamente e promove a interatividade bem como uma melhor apreensão das informações. Apresenta-se como um recurso didático e tecnológico que proporciona oportunidade de resignificação do conhecimento e favorece a formação crítico-reflexiva. (DALMOLIN, 2016)

O vídeo destaca-se também por proporcionar um processo de aprendizagem autônomo e versátil, uma vez que pode ser utilizado conforme a necessidade do espectador, pois possui a possibilidade de ser assistido quantas vezes forem necessárias e no ambiente de preferência. Além disso, quando aborda informações fidedignas de maneira compreensível e atrativa, o vídeo pode incentivar o aprendizado da temática para um grande

número de pessoas, o que o torna um instrumento importante para capacitação em massa, bem como possibilita a multiplicação de informação padronizada, subsidia a autoinformação e pode ser armazenado e distribuídos de várias formas e em diversos dispositivos (PERKINS et al., 2015; GREIF et al., 2015; KAM et al., 2016).

Para atestar a qualidade do vídeo enquanto tecnologia educacional, faz-se necessário realizar as etapas de validação de conteúdo e validação semântica. Por validade designa-se o atributo hipotético de que a tecnologia estará apta a alcançar o objetivo para qual ela se propõe, com a mínima presença de erro. Essa fase define o quão precisa é a tecnologia em saúde desenvolvida.

Diante da necessidade do desenvolvimento de intervenções de educação em saúde para a formação continuada de professores no contexto prisional feminino com foco na prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis, o presente estudo teve como pergunta norteadora: Vídeo educacional sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis direcionado a professores de escolas prisionais femininas é válido quanto ao conteúdo e à semântica?

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Realizar as etapas de construção e validação de um vídeo educacional sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis direcionado a professores de escolas prisionais femininas.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar necessidades educacionais de professores de uma escola prisional feminina sobre a abordagem das IST;
- Construir vídeo educacional sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis direcionado a professores de escolas prisionais femininas;
- Validar o conteúdo do vídeo educacional com juízes especialistas;
- Avaliar a semântica do vídeo educacional com professores de escola prisional feminina.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Educação no contexto prisional

No Brasil, durante muito tempo os espaços prisionais funcionaram apenas como ambientes de detenção de pessoas que violassem as leis, sem nenhum planejamento que viabilizasse a ressocialização dos indivíduos.

Apenas no final do século XIX, observou-se o processo de transformação do conceito de pena. Dentre elas, passou-se a considerar o conceito de “pena-educação”, que apresenta a educação como forma de tratamento e restauração social das pessoas em privação de liberdade. Consonante a essa realidade, foi promulgado o Decreto nº 678, de seis de julho de 1850, que iniciou as discussões acerca da educação destinada às pessoas em privação de liberdade como estratégia de reinserção social (VASQUEZ, 2019).

Nesse sentido, a educação como direito humano foi assegurada pela Declaração Universal de Direitos Humanos aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Em seu Artigo 26, tal Declaração estabelece que toda pessoa tenha direito à instrução, incluindo-se a instrução básica, técnica e profissional, visando o desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais (ONU, 1948).

Em 1957, essas discussões foram mais aprofundadas a partir do documento internacional “Regras Mínimas para o tratamento de prisioneiros”, apresentado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que previa o acesso à educação de pessoas encarceradas e recomendava que a educação de analfabetos e jovens reclusos estivesse integrada ao sistema educacional do país, para que depois da sua libertação pudessem continuar, com menos barreiras, a sua formação, além de orientar medidas para o aperfeiçoamento da educação nos espaços prisionais, como também proporcionar atividades recreativas e culturais em todos os estabelecimentos penitenciários em benefício da saúde mental e física (UNODC, 1955).

Em 1984, aprovou-se a Lei nº 7.210 (Lei de Execução Penal – LEP), que versa, em seus artigos 17 a 21, da assistência educacional ao preso e ao internado. Caracteriza-se por estabelecer obrigatoriedade do ensino de 1º grau; ensino profissional ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico; adequação do ensino profissional da mulher condenada à sua condição; possibilidade de convênio com entidades públicas ou particulares que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados; previsão de dotar cada

estabelecimento com uma biblioteca para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos, porém essa não é a realidade da maioria das unidades prisionais brasileiras (SANTIAGO e BRITTO, 2006).

A Constituição Federal, em seu art. 208, estabelece o dever do Estado na garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria. Tendo em conta os baixos índices de escolarização apresentados pela população carcerária, a educação de jovens e adultos, modalidade que responde pela oferta de educação básica para a população acima da idade escolar, deveria estar presente em todos os estabelecimentos penais implantados no País (BRASIL, 2016; SANTIAGO e BRITTO, 2006).

Em 1996, a Lei nº 9.394, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabeleceu a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA) destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, enquadrando assim uma grande parcela das pessoas privadas de liberdade nesta estratégia. Contudo, esta lei não contemplava dispositivos específicos sobre a educação no sistema penitenciário. Essa omissão foi corrigida no Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 10.172, de 2001 (DUARTE e SIVIERI-PEREIRA, 2018; ANDRIOLA, 2013).

A EJA, enquanto estratégia, assumiu uma visão mais ampla ao decorrer dos anos. O que antes sempre esteve restrito à alfabetização de adultos, agora engloba a alfabetização, a pós-alfabetização, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação Profissional de forma que os jovens e adultos possam ser inseridos no mercado de trabalho, além de tornarem-se protagonistas de sua história, de sua vida, na sociedade e no trabalho (DUARTE e SIVIERI-PEREIRA, 2018).

No contexto prisional, a finalidade da EJA é possibilitar a reinserção social do apenado contribuindo para a sua plena cidadania, por meio de uma educação geral e profissional, em uma concepção ressocializadora. Desta forma, o ensino em prisões deve somar esforços com a educação escolar e profissional para assegurar o empoderamento dessas pessoas, sendo uma proposta político-pedagógica cuja finalidade seja preparar o apenado para o convívio social.

Novas diretrizes direcionadas à oferta educacional no âmbito do sistema prisional brasileiro foram lançadas mais adiante. A exemplo da Resolução nº 3, de 11 de março de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, e da Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010, do Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio da sua Câmara de

Educação Básica (CEB), que dispõem sobre as diretrizes nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos nos estabelecimentos penais e discorrem, principalmente, sobre oferta de educação no contexto prisional atendendo principalmente aos eixos: gestão, articulação, planejamento e parcerias com outras áreas de governo, universidades e organizações da sociedade civil (BRASIL, 2009. BRASIL, 2010).

De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2020, o sistema carcerário brasileiro possui em média 700 mil presos, destes, 8% são analfabetos, 70% não chegaram a concluir o ensino fundamental e 92% de não concluíram o ensino médio. Menos de 6% iniciaram ou concluíram o ensino superior. Apesar do perfil marcado pela baixa escolaridade, diretamente associada à exclusão social e a despeito das políticas públicas e da legislação que garante a educação nos espaços prisionais, menos de 13% da população carcerária tem acesso a atividades educativas nas prisões. Tal fato está relacionado as questões de superlotação das unidades prisionais (CNJ, 2020).

Assim, ao considerar que a execução da sentença de condenação precisa estar associada a uma política destinada à recuperação do preso, e que o objetivo da ressocialização é resgatar o instinto da socialização. Dessa forma, conclui-se que a educação no âmbito prisional é uma forma de preservar os direitos dos cidadãos, sendo vista como uma maneira de contribuir neste processo e na reintegração dos mesmos na sociedade (OLIVEIRA, 2013; SILVA, 2020).

Dessa forma, educação no ambiente prisional desempenha um papel decisivo na elevação da escolarização e consciência crítica da pessoa presa. Ao aprender, o indivíduo desenvolve sua potencialidade, expandindo e melhorando sua capacidade de pensar e sua forma de ver o mundo. Tudo isto contribuirá numa transformação do apenado, e, por conseguinte, da sociedade, que terá sujeitos mais bem instruídos e, sobretudo, com um índice de reincidência cada vez menor (FEITOSA, 2012; SILVA, 2020).

Ressalta-se, assim, a importância do processo de educação em saúde para os professores das unidades prisionais, a fim de instrumentalizá-los para uma prática docente que atenda às necessidades específicas dos alunos em situação de privação de liberdade.

3.2 Formação e atuação de professores

A formação de professores é compreendida como um fator decisivo para melhoria do ensino e, portanto, com repercussão no conhecimento social, jurídico, político e pedagógico do trabalho na escola. A prática docente é o elo de saberes profissionais que, com o seu desenvolvimento, incumbe-se de pensar e repensar seus conhecimentos de acordo com a necessidade de seu uso, de suas práticas, de seus trajetos formativos e profissionais. Autonomia conquistada na atuação profissional leva o professor a provocar mudanças de concepções, de compreensão, de enfrentar e praticar situações cotidianas embutidas na realidade, distantes de referenciais teóricos orientadores da formação e da prática pedagógica (RAIMAN, 2013).

O professor vivencia problemáticas diárias na escola e na sociedade, como: a dicotomia teoria-prática; a ruptura na formação pedagógica; a diluição do objeto da formação num currículo constituído por disciplinas estanques; a dificuldade de influência, sobretudo das práticas pedagógicas e de gestões inovadoras, na transformação das práticas escolares. Uma escola competente para um ensino crítico e criativo com qualidade demanda um profissional com perfil de competências para satisfazer esta necessidade. O professor, portanto, desenvolve habilidade de formador e estimulador do pensamento e da inteligência do aluno (TOZETTO, 2015).

Nesse sentido, a formação docente, especificamente a formação continuada, exprime a ideia de formação que acontece em situações específicas, em espaços determinados, conforme propostas elaboradas a partir de necessidades específicas. Uma formação continuada é compreendida concebida como um processo formativo, a desenvolver-se com os professores na própria escola, trabalhar com as questões problemáticas com que eles se defrontam no cotidiano, transformando a prática pedagógica no núcleo do trabalho a ser desenvolvido.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei nº 9.394/96) permite ampla flexibilidade na condução dos conteúdos escolares e, por este motivo, provoca impacto na organização dos sistemas de ensino e das escolas. Esta flexibilidade justifica-se pela necessidade de garantir a qualidade da aprendizagem e o sucesso do aluno acima de toda e qualquer formalidade burocrática. Ao conceber autonomia pedagógica às escolas, a LDB cria as condições legais para que elas se organizem para alcançarem os objetivos e as finalidades da educação básica. De acordo com os seus artigos 61 a 67, a formação e a valorização dos professores devem atender às necessidades de cada sistema de ensino

(BRASIL, 1996).

Dessa forma, para cumprir sua função social, a escola precisa ter como foco um ensino e uma aprendizagem que levem o aluno a aprender, a pensar, a construir a sua própria linguagem e a se comunicar; a usar a informação e o conhecimento para ser capaz de viver e conviver num mundo em transformação. Isso exige que a formação e a atuação do educador sejam necessariamente direcionadas para um novo paradigma de educação.

É oportuno que a formação do professor para a criticidade contemple a problematização da educação e da sociedade. Assim, é por meio do diálogo, que professores e alunos reconstroem o cotidiano e se reconstroem mutuamente, a partir da consciência das diferentes perspectivas de reflexão, inserindo em um modelo que é ao mesmo tempo, reflexivo, crítico e colaborativo. Destarte, compreende-se a complexidade do conceito de formação continuada, pois este pode ser construído a partir de diferentes enfoques e dimensões (FREIRE, 1987).

Sob essa perspectiva, entende-se que os processos de formação continuada emancipatória são momentos que contemplam a reflexão dentro do contexto dos professores, criando um ambiente de trocas e coletividade, proporcionando autonomia para o professorado, levando em conta suas decisões e, sobretudo, tendo seu eixo na aprendizagem, reflexão e análise da realidade escolar, visando o desenvolvimento da instituição como um todo (PEREIRA, 2017).

A escola deve fornecer, nesse sentido, condições para que seus profissionais possam discutir seus problemas e buscar soluções num trabalho colaborativo. A formação continuada no ambiente escolar compreende todas as estratégias empregadas conjuntamente pelos formadores e pelos professores para dirigir os programas de formação de modo a que respondam às necessidades definidas por sua comunidade e elevar a qualidade de ensino e da aprendizagem em sala de aula. A instituição educacional, assim, se transforma em lugar de formação prioritária diante de outras ações formativas (BARBOSA, 2019).

É importante, pois, refletir sobre a necessidade da diversificação dos modelos de práticas de formação, instituindo novas relações dos professores com o saber pedagógico e científico, a fim de promover uma formação alicerçada em paradigmas que valorizem a prática reflexiva como contribuição para a autonomia profissional, tornando os docentes protagonistas de seu desenvolvimento e aprimoramento de sua prática educativa.

3.3 Vídeo como tecnologia educacional em saúde

Como estratégias para a educação em saúde pode-se incluir diversos recursos tecnológicos como ferramentas que potencializam as práticas colaborativas e a aprendizagem autônoma, sendo estas apresentadas por meio de tecnologias de informação e comunicação (OLIVEIRA, 2016).

No processo educacional, os profissionais da saúde e educação podem fazer uso de três tipos de tecnologia para o desenvolvimento das ações. São eles: a tecnologia dura, quando são utilizados instrumentos, normas e equipamentos tecnológicos; tecnologia leve-dura, quando são usados os saberes estruturados, como teorias, modelos de cuidado, processo de enfermagem; e tecnologias leves, em que a prática do cuidado exige o estabelecimento de relações, a exemplo do vínculo, gestão de serviços e acolhimento (PEREIRA, 2012).

As tecnologias também podem ser classificadas como: assistenciais, educacionais e gerenciais. As tecnologias assistenciais que incluem a construção de um saber técnico-científico resultante de investigações, aplicações de teorias e da experiência cotidiana dos profissionais e clientela, traduzidas em ações sistematizadas processuais e instrumentais para uma assistência qualificada em todas as dimensões. As tecnologias educacionais são constituídas por um corpo de conhecimentos enriquecido pela ação do homem, não se restringindo apenas a equipamentos, envolvidas nos processos educativos formal e informal, e que requer um educador, para facilitar o processo de ensino-aprendizagem, um educando, que participará desse processo, e que ambos utilizem uma consciência criadora, de sensibilidade e criatividade na busca do crescimento pessoal e profissional. Por fim, as tecnologias gerenciais, consistem em um processo sistematizado e testado de ações teórico-práticas (planejamento, execução e avaliação), utilizadas no gerenciamento da assistência e dos serviços de saúde, para intervir no contexto da prática profissional, buscando a melhoria da qualidade (NIETSCHE, 2005).

As Tecnologias Educacionais, dentre elas, os vídeos, são mundialmente reconhecidas como benéficas para o processo inovador e diferenciado que se exige atualmente dos ambientes de aprendizagem, ao contribuir para o pensamento crítico, as decisões complexas, as habilidades práticas, o trabalho em equipe, a motivação, a interação, a resolução de problemas e a geração de hipóteses, isso porque se pautam na participação ativa de seus espectadores, estimulando sua autonomia e sua criticidade (SCORUPSKI, 2020).

O vídeo pode ser classificado de diversas formas de acordo com suas características,

como por exemplo: vídeo empresarial, vídeo documentário, vídeo reportagem, vídeo entrevista, vídeo caseiro, amador ou profissional. Quando se destina a fins escolares, pode ser chamado de vídeo educativo ou educacional, vídeo instrucional e vídeo didático. Os vídeos educativos ou educacionais são sinônimos e estão relacionados à amplitude do termo educação, enquanto os vídeos instrucionais sugerem treinamento e ausência de diálogo e interação. Os vídeos didáticos referem-se a um material construído especificamente para apoio nas atividades didáticas (GOMES, 2008).

Os vídeos na área da saúde podem ser agrupados em: vídeo de campanha e vídeo de intervenção social. O primeiro pode durar até um minuto e busca convencer quem está assistindo, com várias exibições nos meios de comunicação. Os vídeos de intervenção social possuem duração aproximada de 15 a 20 minutos, devem ser apresentados em local próprio e direcionados para grupos sociais específicos, sensibilizando para a adoção de comportamentos saudáveis diante de problemas levantados (MORAES, 2008).

Dentre esses recursos, o vídeo educacional apresenta-se como um instrumento didático e tecnológico, constituindo-se em uma ferramenta que proporciona conhecimento, favorece a consciência crítica e a promoção da saúde. Os vídeos educativos têm sido utilizados em diversas experiências pedagógicas demonstrando a relevância da sua aplicabilidade no processo de ensino aprendizagem, pois combinam vários elementos, tais como imagens, texto e som em um único objeto de promoção do conhecimento (DALMOLIN, 2016)

A reprodução de som e imagem concomitantes aproxima os conteúdos à realidade da população, despertando interesse, motivação, e, conseqüentemente, maior aprendizado. O vídeo educativo representa, para os profissionais da saúde, grande aliado na potencialização do cuidado e da intervenção. Reforça-se a necessidade da utilização de estratégias de ensino, como vídeos, o qual motiva a aprendizagem, levando o indivíduo a desenvolver suas atividades com sucesso, aprimorando suas competências e habilidades (MORTOLA, 2021).

A produção do vídeo educacional possui um trajeto metodológico que confere à tecnologia maior segurança e adequação ao tema que pretende abordar e o público ao qual se destina. Recomenda-se seguir algumas etapas para transformar uma história em uma sequência de imagens em movimento definida como filme ou vídeo, resultando em um produto de qualidade a partir do maior envolvimento dos participantes (COMPARATO,

2009).

O processo de produção de vídeos organiza-se em três estágios consecutivos: pré-produção, produção e pós-produção. A pré-produção corresponde à preparação, planejamento e projeto do vídeo que será produzido, desde a criação da ideia inicial até a gravação. A produção diz respeito à gravação de imagens e sons, envolvendo o elenco, câmeras, posicionamento de microfones, movimento para iluminação e cenografia. A pós-produção consiste na edição das imagens e sons gravados e todos os procedimentos necessários à conclusão do projeto em desenvolvimento para distribuição nos meios de comunicação (COMPARATO, 2009).

Assim, neste estudo, foi construído e validado um vídeo educacional acerca das Infecções Sexualmente Transmissíveis para professores de unidades prisionais femininas, classificado como uma tecnologia dura/educacional, com base em todas as recomendações preconizadas para a produção de material audiovisual. Ressalta-se, contudo, que o vídeo em questão poderá também mediar o processo educacional das mulheres em privação de liberdade.

4. MÉTODO

4.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo metodológico, de abordagem quantitativa e qualitativa, baseado nas etapas de desenvolvimento, validação e avaliação de ferramentas (POLIT; BECK; HUNGLER, 2019). A escolha desse método corrobora com o objetivo do estudo de construir e validar uma tecnologia educacional.

A produção de uma tecnologia educacional requer avaliação de conteúdo e semântica, de modo a torná-la válida para o fim a que se destina (SILVA, CARREIRO e MELLO, 2017). A validação de conteúdo refere-se à análise minuciosa do conteúdo do instrumento, realizada por peritos no conteúdo abordado, com objetivo de verificar se os itens propostos constituem uma amostra representativa do assunto que se pretende medir. Estes podem sugerir, corrigir, acrescentar ou modificar os itens (POLIT; BECK, 2011).

A análise semântica busca validar a tecnologia de forma subjetiva, pois consiste na avaliação e julgamento por aqueles a quem se destina a tecnologia produzida (OLIVEIRA, FERNANDES e SAWADA, 2008).

4.2 LOCAL DO ESTUDO

O estudo foi desenvolvido de maneira remota, por meio das plataformas Google Meet e Google Forms, em razão da pandemia da COVID-19, com profissionais experts em saúde sexual, na etapa de validação de conteúdo e com os docentes da Escola Estadual Olga Benário Prestes, localizada nas dependências da Colônia Penal Feminina do Recife-PE, na etapa de validação semântica.

O Sistema Prisional de Pernambuco conta com 22 unidades prisionais e 58 cadeias públicas. Destas, 3 unidades são destinadas a população feminina, a saber: Colônia Penal Feminina do Recife (CPFR), Colônia Penal de Abreu e Lima (CPFAL) e Colônia Penal Feminina de Buíque (CPFEB) (PERNANBUCO, 2017; CNJ, 2019).

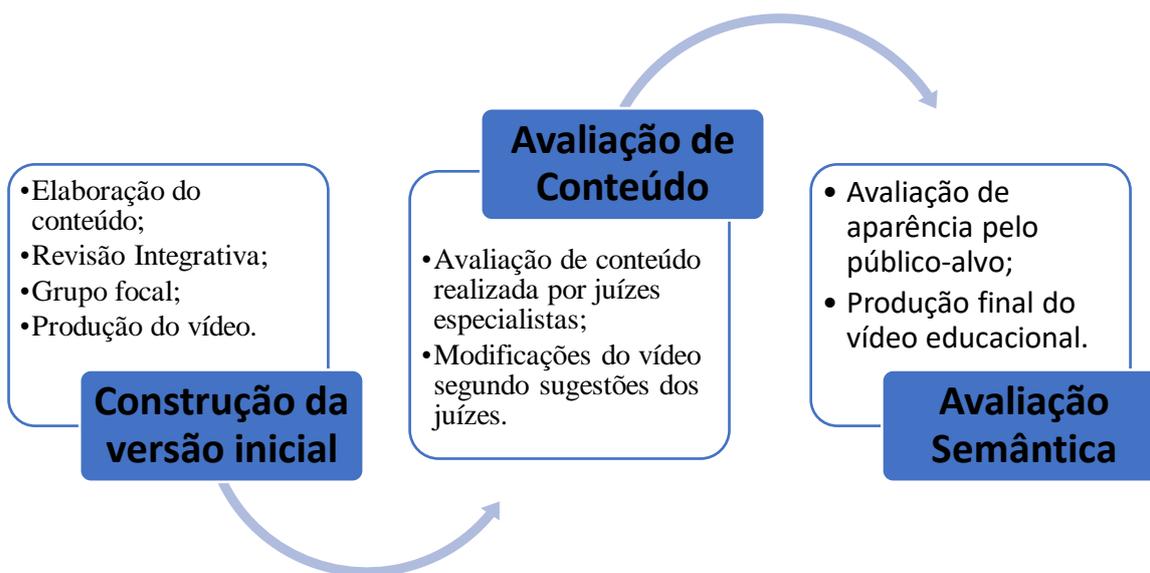
A Escola Estadual Olga Benário Prestes, no momento da coleta, contava com 316 alunas matriculadas, distribuídas nos turnos matutino, vespertino e noturno, em 10 turmas, com média de 30 alunas por turma, do ensino fundamental e médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). O corpo docente era composto por 10 professores.

A escolha dessa escola deu-se em relação ao maior número de professores do seu quadro funcional. Além disso, na Escola Olga Benário Prestes funciona o projeto de extensão “Saúde sexual e reprodutiva de mulheres em privação de liberdade” registrado na Pro-Reitoria de extensão e Cultura da Universidade Federal de Pernambuco – PROEXC/UFPE vinculado ao Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco.

4.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi desenvolvido em três etapas: construção da versão inicial do vídeo educacional; avaliação de conteúdo por juízes especialistas; avaliação semântica pelo público-alvo.

Figura 1 – Representação das etapas de desenvolvimento do vídeo educacional. Recife-PE, Brasil, 2020.



Fonte: Autora.

4.3.1 Construção da versão inicial do vídeo educacional

4.3.1.1 Elaboração do conteúdo

Nessa etapa, inicialmente, elaborou-se o conteúdo do vídeo educacional com base nos manuais do Ministério da Saúde; em estudos relacionados à formação continuada de docentes e desenvolvimento de tecnologias educacionais; na identificação das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) mais prevalentes na população carcerária feminina,

analisados por meio de Revisão Integrativa da literatura; bem como na realização de grupo focal para conhecer as vivências, conhecimentos prévios e principais dificuldades dos professores em relação às IST. O grupo focal também oportunizou a identificação da tecnologia educacional mais adequada às necessidades de público-alvo. (BRASIL, 2018; BRASIL, 2019; TOZETTO, 2017).

4.3.1.1 Revisão Integrativa da Literatura

A Revisão Integrativa (RI), cuja finalidade principal é sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema pré-selecionado, de maneira sistemática e ordenada, para contribuir com o conhecimento sobre um determinado assunto. Os resultados atuais podem subsidiar a construção de um instrumento de Práticas Baseadas em Evidências, embasou a construção do vídeo educacional, com o objetivo de identificar IST mais prevalentes na população carcerária feminina (SOUZA, 2010).

A questão norteadora “Quais as Infecções Sexualmente Transmissíveis que mais acometem a população carcerária feminina?” foi elaborada segundo a estratégia PICO (P- Paciente Problema ou grupo; I- Intervenção; C - Controle ou Comparação, definida como uma intervenção padrão, intervenção mais utilizada ou nenhuma intervenção; e O - Desfecho). Nesse estudo identificaram-se os seguintes elementos: P – população carcerária feminina; I – Infecções Sexualmente Transmissíveis; C - nenhuma intervenção; e O – acometimento.

Em seguida, realizou-se a busca nas bases de dados mediante consulta aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e os respectivos termos do Medical Subject Headings (MESH) nos idiomas português e inglês. Desse processo, foram estabelecidos os descritores: “Infecções Sexualmente Transmissíveis”; “Mulheres”; “Prisioneiros” utilizando o operando booleano “AND”.

A busca dos artigos ocorreu mediante acesso ao Portal de Periódicos da CAPES mediante acesso café da Universidade Federal de Pernambuco. Foi realizada em pares, no mês de outubro de 2019, nas seguintes bases de dados: National Library of Medicine (Medline), Índice Bibliográfico Español en Ciencias de la Salud (IBECS), SCOPUS, COCHRANE, Cumulative Index to Nursing & Allied Health Literature (CINAHL), Literatura Latino- Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Base de Dados de Enfermagem (Bdenf) e na biblioteca virtual Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Utilizou-se o software gerenciador Endnote para identificação e exclusão dos artigos duplicados.

Incluíram-se artigos originais, publicados em inglês, português e espanhol, que respondessem à pergunta norteadora da revisão. Não foi estabelecido recorte temporal. Excluíram-se artigos incompletos ou trabalhos no formato de tese, dissertação, livro ou capítulo de livro, editorial, matéria de jornal, revisão integrativa ou sistemática da literatura, estudo reflexivo e relato de experiência.

Os artigos selecionados foram submetidos ao processo de avaliação do rigor metodológico por meio do formulário padronizado do *Critical Appraisal Skills Programme* (CASP)- Programa para habilidades em avaliação crítica que contempla 10 questões. Para a extração dos dados, utilizou-se de um instrumento adaptado e validado no Brasil, com os seguintes itens: autores, ano, bases de dados, país, características metodológicas dos artigos e resultados alcançados. (CASP, 2013; URSI, 2005)

De acordo com os níveis de evidências, os artigos foram submetidos a uma avaliação baseada em 6 níveis: nível 1, metanálise de múltiplos estudos controlados; nível 2, estudo individual com delineamento experimental; nível 3, estudo com delineamento experimental como estudo sem randomização com grupo único pré e pós-teste, série temporais ou caso-controle; nível 4, estudo com delineamento não experimental como pesquisa descritiva correlacional e qualitativa ou estudos de caso; nível 5, relatório de casos ou dado obtido de forma sistemática, de qualidade verificável ou dados de avaliação de programas; e nível 6, opinião de autoridades respeitáveis baseada na competência clínica ou opinião de comitês de especialistas incluindo interpretações de informações não baseadas em pesquisas. (GALVÃO, 2006)

4.3.1.2 Grupo Focal

A realização do grupo focal—com os professores propiciou identificação do conhecimento, experiências e necessidades específicas dos professores em relação às IST, além da indicação do tipo de ferramenta educacional a ser construída.

A escolha dessa técnica possibilitou aos participantes sugerirem o conteúdo a ser abordado na tecnologia educacional e formas para sua utilização durante suas vivências práticas diárias. O grupo focal constitui uma entrevista grupal em que há interação entre os integrantes, originando a produção de dados que não seriam obtidos em entrevistas

individuais (SOUZA, 2020). Nas discussões, o grupo opina, reflete, posiciona-se sobre um tema e constrói, reformula ou substitui conceitos (BARBOUR, 2009).

Em razão da pandemia da COVID-19, o grupo focal foi realizado de maneira remota, por meio da plataforma *Google Meet*. Para cada participante foi enviado via e-mail o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A).

A literatura recomenda que o grupo seja composto por quatro a doze participantes (MIRAILH; ALBANO, 2018). A amostra, do tipo censitária, foi composta pelos educadores atuantes na modalidade EJA da escola participante do estudo. Foram incluídos no estudo os nove docentes que ministravam aulas na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Foram excluídos os docentes que no momento da coleta de dados estavam afastados. O convite para a participação foi realizado durante uma reunião pedagógica.

O grupo foi iniciado com a apresentação da pesquisadora e explicação sobre os objetivos da pesquisa, as etapas do grupo focal e a garantia do sigilo das informações. Ademais, foi solicitada a autorização de todos para a gravação da reunião, que ocorreu a partir de recurso disponível na plataforma utilizada. Em seguida, houve uma rodada de apresentação dos participantes e a dinâmica quebra-gelo denominada de “2 verdades e 1 mentira”, a fim de promover a integração entre os participantes.

Na oportunidade, a pesquisadora esclareceu que todas as opiniões eram válidas, sendo comum haver divergências de opiniões de um mesmo contexto de acordo com nossas vivências pessoais. Os participantes, também, foram esclarecidos sobre a importância da opinião de cada um para o alcance dos objetivos propostos e que todos tinham direito de falar e serem ouvidos.

O início das discussões foi mediado pela pergunta: “O que são as Infecções Sexualmente Transmissíveis?”. No decorrer das respostas, quando se esgotaram as discussões acerca da primeira pergunta, as demais perguntas foram sendo lançadas: “Como vocês relatam suas vivências na abordagem de questões de saúde sexual e prevenção das IST?”, “Quais os requisitos que vocês consideram necessários para propiciar o incremento na abordagem dessa temática?”, “Quais conhecimentos consideram ser mais relevantes?”, “Qual a tecnologia educacional vocês consideram mais adequada para atender às suas necessidades de aprendizado?”.

A partir das respostas à cada questão proposta, a pesquisadora registrava em um

arquivo Word as palavras-chave surgidas e algumas falas dos participantes. Após a discussão, o material produzido foi lido para que o grupo pudesse retificar ou acrescentar algo, a fim de validar o conteúdo.

A técnica de pesquisa possibilitou identificar a opinião, vivência e preferência dos professores quanto às questões de saúde sexual e IST. Por meio da promoção do diálogo entre os docentes, do respeito, da confidencialidade, da autonomia e da criação de um ambiente sem julgamentos, foi possível criar um meio de liberdade para a exposição das reais situações vivenciadas pelo público em questão. Os participantes foram capazes de inserir suas dúvidas e anseios em relação à temática, de forma coletiva e representativa, oportunizando a participação na identificação de suas necessidades de conhecimento.

A atividade teve 48'33" de duração. Apenas um encontro foi necessário para atingir o objetivo do grupo focal. Após a transcrição na íntegra do áudio do grupo focal, procedeu-se com a codificação descritiva dos dados para a análise qualitativa (GIBBS, 2009).

Dentre as tecnologias educacionais citadas, o vídeo foi eleito o meio mais adequado para trabalhar a temática de IST no contexto escolar prisional feminino.

4.3.1.3 Produção do vídeo educacional

Um vídeo pode ser produzido em diferentes formatos de linguagem, tais como ficção, animação, documentários, entrevistas, debates, matérias pré-produzidas, publicitário, entre outros. A escolha de seu formato relaciona-se com o objetivo a ser alcançado, a natureza do conteúdo a ser abordado e as condições disponíveis (BRASIL, 2014).

Nesse estudo optou-se pelo formato “*Draw my life*” ou “*White Board*”, devido ao seu dinamismo e versatilidade que apreendem a atenção do espectador. A proposta de um vídeo neste formato é contar a história de vida por meio de desenhos e ilustrações (JESSUS, 2014). Esse tipo de vídeo consiste em uma filmagem com a edição acelerada, onde uma das mãos desenha, usualmente em um quadro branco ou em papel, enquanto a história é narrada (COSTA, 2018).

Porém, para que o vídeo atinja os objetivos estabelecidos faz-se necessário um rigor metodológico que garanta a legitimidade dos aspectos técnicos envolvidos na produção desta tecnologia.

Destarte, a construção do vídeo intitulado “Papo de professor: Infecções

Sexualmente Transmissíveis no contexto escolar prisional feminino” seguiu as etapas de pré-produção – fase intelectual da criação do vídeo, que consiste na preparação, planejamento e projeto e tem como objetivo principal a construção do roteiro, sinopse, argumento e storyboard; produção – fase em que acontecem as gravações, as captações de imagens e os áudios que compõem o vídeo; pós-produção – fase de finalização do vídeo, onde ocorre a edição das imagens e áudios para composição das cenas.

A fase de pré-produção se iniciou com a construção do roteiro, que consiste em uma importante ferramenta para guiar a produção. Tal fase foi desenvolvida em seis etapas, conforme recomendado por Comparato (2009): ideia, conflito, personagens, ação dramática, tempo dramático e unidade dramática. A ideia é o marco inicial, fato que provoca no escritora vontade de relatar. A partir dela o conflito básico é formulado em uma única frase breve, concisa e eficaz de até cinco linhas que resume tudo que será englobado no roteiro(Comparato, 2009). Neste estudo, definiu-se a ideia de construir e validar um vídeo educacional direcionado a professores de unidades prisionais femininas acerca das InfecçõesSexualmente Transmissíveis (IST).

Em seguida, elaborou-se a *story line*, com o objetivo de sintetizar o conflito matriz abordado na seguinte narrativa: Fernanda, professora de uma escola localizada em uma unidade prisional feminina, relata receber muitas dúvidas de suas alunas a respeito das IST,por isso resolveu dividir com os colegas professores os seus conhecimentos acerca do temae as estratégias que utiliza em sua vivência para atender aos questionamentos das estudentese abordar a temática das IST em sala de aula.

A personagem que vivenciou o conflito básico foi idealizada de modo a representar o público-alvo e aproximar-se ao máximo da realidade relatada durante o grupo focal, pois o espectador se envolve efetivamente quando se identifica e reconhece na história o reflexode seu contexto diário contado de forma real.

A construção do roteiro - ação dramática - descreveu a maneira comoa personagem vivenciou o conflito básico, baseado na seguinte sequência de ilustrações: inicialmente apresenta-se a personagem principal, Fernanda, no ambiente escolar e introduza temática das IST e os dados epidemiológicos relacionados à população carcerária feminina.Em seguida, são discutidas as diretrizes nacionais da educação que preveem os conteúdos relacionados à saúde sexual e reprodutiva e as dificuldades dos professores em abordá-los de maneira satisfatória. Posteriormente, são apresentadas as IST mais prevalentes nas mulheres em privação de liberdade, suas principais características, tais como: prevenção,

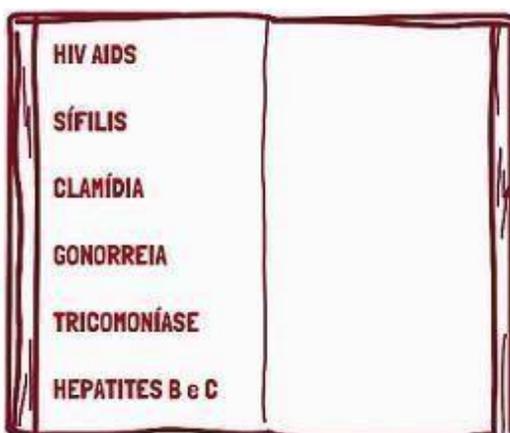
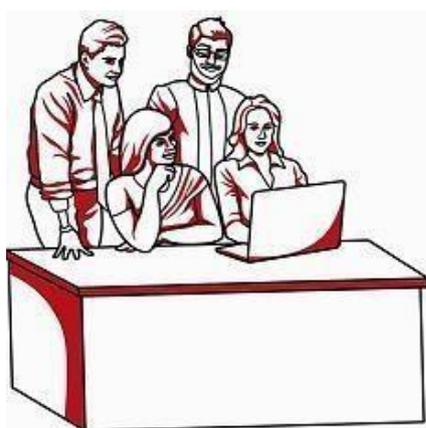
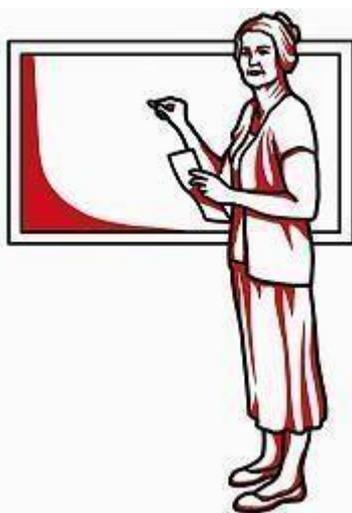
sinais e sintomas, diagnóstico, tratamento e possíveis complicações. Por fim, são apresentadas informações sobre a importância de explicar esses conteúdos em sala de aula de maneira contextualizada, no sentido de incentivar e empoderar os docentes para implementar as ações de educação relacionadas às IST em suas vivências em sala de aula.

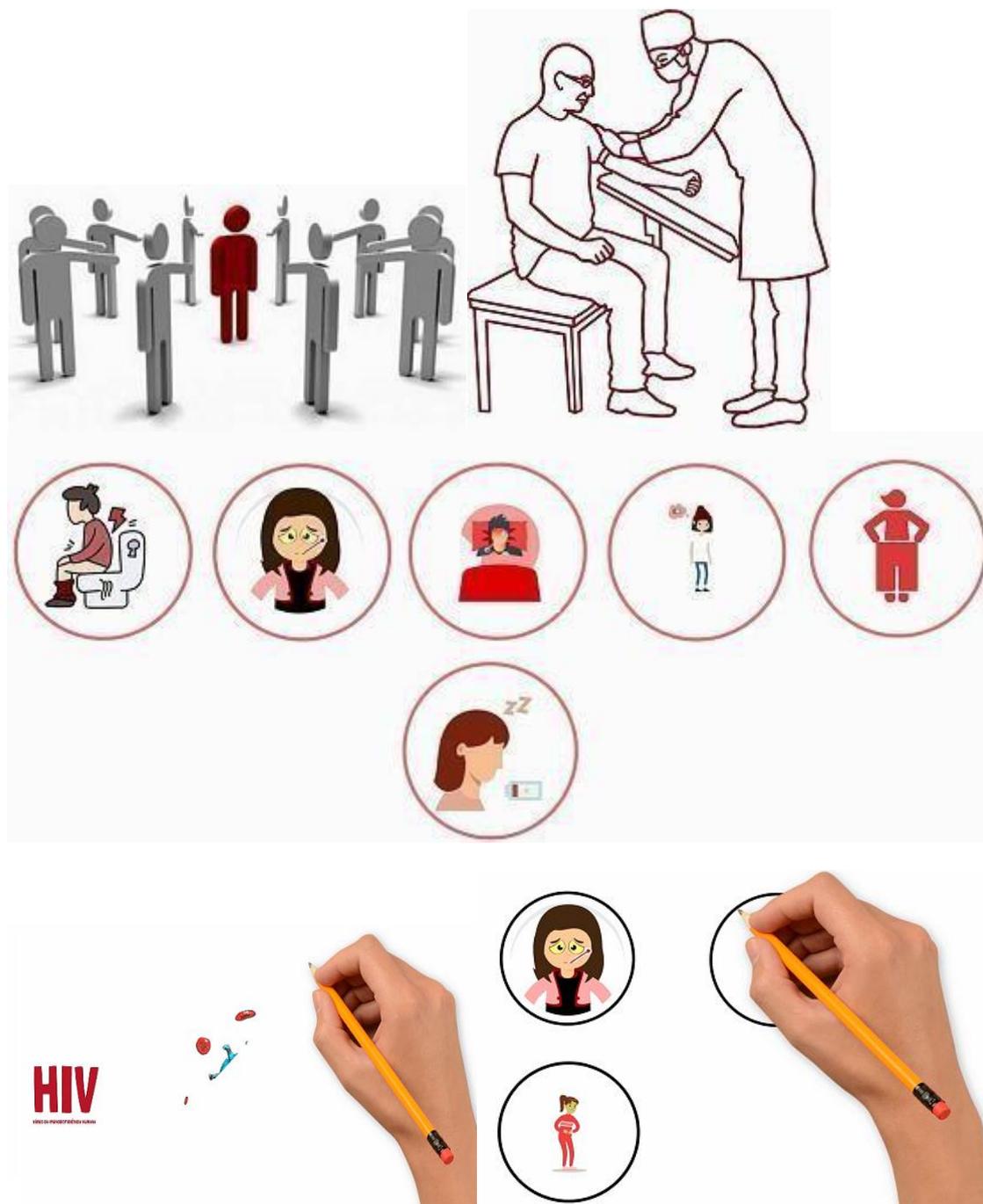
O tempo dramático foi estimado a partir da duração necessária para cada uma das cenas. A unidade dramática, compôs o roteiro em sua totalidade, com diálogos, pausas e sinalizações das ilustrações inseridas no vídeo. A construção do roteiro ocorreu em três versões distintas, pois, inicialmente, por ser elaborado com base em evidências científicas, apresentou uma linguagem técnica e, em seguida foi modificado gradualmente para uma versão com linguagem mais simples e acessível, com o intuito de alcançar o objetivo de construir uma tecnologia educacional compreensível que atenda as necessidades de seu público.

A fase seguinte consistiu na produção do vídeo, construído no formato *Draw my life*, por meio da plataforma *VideoScribe*. De modo a auxiliar na apreensão dos conteúdos pelos docentes, optou-se por inserir o maior número de ilustrações acerca das IST e seus sinais e sintomas. O áudio foi gravado previamente em um gravador de voz portátil na voz da pesquisadora. As ilustrações foram selecionadas no próprio banco de imagens da plataforma e extraídas de outras fontes, como banco gratuito de imagens *Google Imagens*.

Figura 2 – Ilustrações da plataforma *VideoScribe* utilizadas para a produção do vídeo “Papode professor: Infecções Sexualmente Transmissíveis no contexto escolar prisional feminino”. Recife, 2021.







Fonte: *VídeoScribe*

As imagens contidas no banco de ilustrações da plataforma *VídeoScribe* não foram suficientes para representar os sinais e sintomas de algumas IST. Dessa forma, realizou-se também a busca de imagens no banco gratuito da plataforma *Google Imagens*.

Figura 3 – Ilustrações do banco de imagem utilizadas para a produção do vídeo “Papo de professor: Infecções Sexualmente Transmissíveis no contexto escolar prisional feminino”. Recife, 2021.



Fonte: *Google Imagens*.

Na etapa de pós-produção ocorreu a edição do vídeo: sequenciamento das ilustrações, escolha da trilha sonora, inserção do áudio previamente gravado pela autora e sincronização entre as ilustrações e o tempo do áudio. Todas as etapas de produção foram realizadas pela autora.

Após a finalização, o vídeo educacional “Papo de professor: Infecções Sexualmente Transmissíveis no contexto escolar prisional feminino” com duração de 11’20” foi encaminhado para avaliação de conteúdo por juízes especialistas e análise semântica pelo público-alvo.

4.3.2 Avaliação de Conteúdo

A avaliação de conteúdo inicia o processo de associação entre conceitos abstratos com indicadores mensuráveis. Verifica, por um grupo de juízes experientes na área, se o conteúdo da tecnologia representa o fenômeno de interesse e a dimensão de cada item dentro daquilo que se propõe (MEDEIROS, 2015).

4.3.2.1 Identificação e seleção dos juízes

A seleção dos juízes-especialistas ocorreu por meio de busca na Plataforma Lattes do Currículo Lattes de pesquisadores, disponível no portal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ. Também foram selecionados juízes indicados por pesquisadores previamente selecionados – docentes da área de saúde da

mulher do Departamento de Enfermagem da UFPE – por meio da amostragem do tipo “Bolade Neve” (POLIT, 2004).

O cálculo de tamanho da amostra dos juízes considerou a proporção de 85% de aceitação entre os avaliadores e intervalo de confiança de 95%, utilizando a seguinte fórmula:

$$n=(Z\alpha)^2.P(1-P)/d^2 \rightarrow n=(1,96)^2 . 0,85(1-0,85)/(0,15)^2 \rightarrow n=22$$

Na qual "n" representa o número de especialistas, "Z" equivale ao nível de significância desejado, "P" indica a proporção mínima de especialistas a considerar o item/instrumento adequado e "d" equivale ao grau de precisão da estimativa, o que correspondeu a 22 juízes expertises (LOPES, 2013).

Para estabelecer a validade de conteúdo da tecnologia, faz-se necessária a padronização na seleção dos especialistas na área. Os critérios de classificação/inclusão dos juízes seguiram os critérios adaptados de Fehring (1994), a fim de atender à necessidade de um corpo especializado de conhecimento ou habilidade, expertise no campo da prática e bons níveis de produção científica. Cada um desses critérios foi avaliado de acordo com os objetivos do estudo e a seleção contemplou enfermeiros, por considerar que esses profissionais possuem domínio do conteúdo abordado no vídeo, maior chance de expertise na educação em saúde, expertise na construção e validação de vídeos educativos, além de vivenciarem a assistência e estarem atualizados sobre o tema, devido a sua atuação no meio acadêmico e assistencial. Os demais profissionais da saúde dominam o tema abordado no vídeo educacional sob outros aspectos, como fisiopatológicos, bioquímicos, laboratoriais e farmacêuticos, que não são prioritários para validação.

Para serem selecionados, os juízes deveriam somar o mínimo de 5 pontos. Foram excluídos do estudo os experts que não responderam ao convite inicial (Quadro 1).

Quadro 1 - Critérios de seleção dos juízes para avaliação de conteúdo do vídeo. Recife-PE, 2021.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	PONTUAÇÃO
CONHECIMENTOS E HABILIDADES	
Mestrado.	1 ponto

Mestrado com dissertação na área de saúde da mulher, tecnologias educacionais, IST ou educação em saúde.	2 pontos
Doutorado.	1 ponto
Doutorado com tese na área de saúde da mulher, tecnologias educacionais, IST ou educação em saúde.	2 pontos
Especialização em saúde da mulher e/ou educação em saúde.	1 ponto
Especialização em saúde pública ou saúde coletiva.	1 ponto
EXPERIÊNCIA PRÁTICA	
Ministra aulas na graduação na área de saúde da mulher.	1 ponto
Ministra ou ministrou cursos com ênfase na saúde da mulher, educação em saúde, IST ou tecnologias educacionais.	2 pontos
Vem desenvolvendo pesquisa na área de saúde da mulher, educação em saúde, tecnologias educacionais ou IST nos últimos cinco anos.	2 pontos
PRODUÇÃO CIENTÍFICA	
Produção de artigo científico resultante de pesquisa na área de saúde da mulher, educação em saúde, IST ou tecnologias educacionais em periódicos com Qualis > B2.	2 pontos

Fonte: Autora, baseado em Fehring.

4.3.2.2 Coleta de Dados

O convite para participação na pesquisa aconteceu por meio do correio eletrônico, onde encaminhou-se um link do *Google* drive, aplicativo que permite a criação de formulários eletrônicos de coleta dados, armazenamento e sincronização de arquivos. Ao todo, foram enviados 63 convites, foram selecionados os 22 primeiros que responderam ao convite.

Após aceitarem participar do estudo, foram enviados, por e-mail, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE C), o questionário de caracterização profissional (APÊNDICE D) e o instrumento de validação de conteúdo (APÊNDICE E), elaborados, também, na ferramenta *Google drive*. O vídeo educacional foi enviado por meio da plataforma *We Transfer*, que disponibiliza o arquivo via e-mail pelo prazo de 15 dias.

O instrumento de validação de conteúdo, constituído por 33 itens, sendo 14 para caracterização dos juízes e 19 para avaliação do conteúdo, elaborados de acordo com os componentes do roteiro do vídeo: ideia, construção dramática, ritmo, personagens, diálogos, estilo visual, público-alvo e relevância do estudo (COMPARATO, 2009).

Os juízes avaliaram a concordância por meio de respostas “Sim” ou “Não” para todos os itens do instrumento, e o grau de relevância com respostas baseadas na escala Likert, distribuídas em quatro níveis: irrelevante, pouco relevante, realmente relevante, muito relevante, das quais seria permitida a escolha de apenas um nível, para as questões referentes ao conceito da ideia. Ao final, constavam três questões discursivas que se referiam a erros, ausência de informações importantes e comentários.

Após essa etapa, foram realizadas as mudanças necessárias no vídeo, a fim de adequá-lo às sugestões dos juízes. Em seguida, o vídeo foi submetido à análise semântica para obtenção da validade de aparência.

4.3.2.3 Organização e Análise dos Dados

Os dados relacionados à caracterização da amostra foram inseridos em um banco construído no programa Statistical Package for the Social Science (SPSS) versão 20.0, organizados em números absolutos e percentuais. A análise descritiva foi apresentada em tabelas contendo frequências absolutas e relativas, médias e desvio padrão.

Os dados relacionados à avaliação de conteúdo foram duplamente digitados no Microsoft Excel e os testes estatísticos realizados com o pacote estatístico R, versão 3.5.2. Utilizou-se o teste binomial, com nível de significância de 5%, para cada item do instrumento, sendo possível verificar, estatisticamente, a proporção de concordância entre os juízes.

Considerou-se válido o item que obteve uma proporção de concordância igual ou superior a 90% (POLIT; BECK; HUGLER, 2019). Desta forma, os valores de “p” superiores a 0,05 indicam que a proporção de juízes que consideram o item adequado foi, estatisticamente,

superior a 0,9, de forma que o item foi considerado válido.

Para análise do grau de relevância, calculou-se o Índice de Validade de Conteúdo (Content Validity Index - CVI), utilizando os quantitativos de respostas “concordo” e “concordo totalmente”. Este índice evidencia a congruência da opinião dos especialistas por meio da proporção de aceitação sobre os aspectos do conceito da ideia (POLIT; BECK; HUNGLER, 2019).

O CVI foi calculado utilizando-se duas equações matemáticas: I-CVI (*Item-Level Content Validity Index*), dada pela proporção de concordância dos juízes a cada item; e S-CVI/AVE (*Scale - Level Content Validity Index, Average Calculation Method*), que corresponde à média dos I-CVI e reflete à concordância global.

4.3.1 Avaliação Semântica

Esta etapa refere-se à avaliação de aparência que objetiva averiguar a compreensão satisfatória do instrumento pelo público-alvo, os professores, de modo a viabilizar seu uso, por meio de uma técnica não subjetiva e considerada mais simples pelo fato de fornecer julgamento sobre a relevância e adequação dos itens.

4.3.1.1 População e Amostra

O quantitativo de professores selecionados para essa etapa seguiu o referencial de Teixeira e Mota (2018), cuja recomendação é de 9 a 12 pessoas. Foram selecionadas por conveniência nove docentes, respeitando os mesmos critérios de inclusão e exclusão utilizados no grupo focal. Esta etapa foi realizada com docentes da Escola Olga Benário Prestes, localizada na Colônia Penal Feminina do Recife, Pernambuco.

4.3.2.4 Coleta de Dados

Em razão da pandemia do COVID-19, a coleta de dados ocorreu de maneira remota por meio da plataforma *Google Meet* em reunião previamente agendada junto à coordenação escolar. Após a concordância com o estudo e assinatura do TCLE (APÊNDICE G), apresentou-se o vídeo em formato *full HD* e boa qualidade de áudio. Em seguida, foi disponibilizado o instrumento de avaliação previamente construído no formulário eletrônico da plataforma *Google Forms* que abordou os aspectos objetivos do vídeo educacional (APÊNDICE I).

O instrumento, composto por 20 itens que abordaram a caracterização dos participantes, bem como as características gráficas, duração do vídeo, compreensão e motivação para assisti-lo, foi desenvolvido com base em outros estudos que realizaram análise semântica de vídeos educacionais. Para cada um dos itens, os participantes poderiam concordar ou não com sua adequação por meio de respostas “Sim” ou “Não” (INTERAMINENSE, 2018; ÂNGELO, 2020).

4.3.3.2 Organização e Análise dos Dados

Os dados foram digitados e analisados no *Statistical Package for the Social Science* (SPSS), versão 20.0. Foram calculadas as frequências absolutas e relativas, considerando-se uma proporção de avaliação adequada acima de 90% para permanência do item (NIETSCHE; TEIXEIRA; MEDEIROS, 2014).

Utilizou-se o teste binomial para cada item do instrumento, sendo possível verificar o índice de concordância entre os juízes. Calculou-se também o Índice de Validade de Conteúdo (Content Validity Index - CVI), utilizando os quantitativos de respostas “sim”.

4.4 ASPECTOS ÉTICOS

Esta pesquisa respeitou todos os princípios bioéticos registrados na resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde acerca da pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco, sob CAAEo nº 36628820.5.0000.5208 e parecer nº 4.332.369 (ANEXO A).

5. RESULTADOS

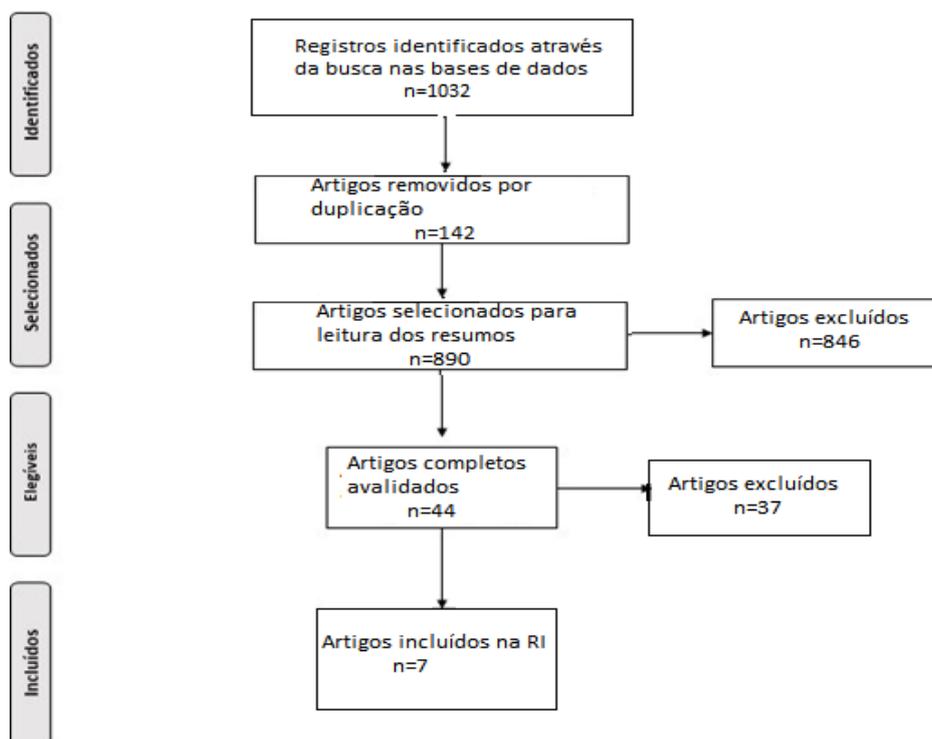
Os resultados estão apresentados em seções: revisão integrativa, grupo focal e vídeo educacional.

5.1 REVISÃO DE LITERATURA

A RI compõe uma das etapas referentes à elaboração do conteúdo do vídeo educacional, por meio da identificação das IST mais prevalentes na população feminina em privação de liberdade, subsidiando a construção de uma tecnologia educacional relevante para o público-alvo.

Na realização das buscas, identificou-se 1032 registros. Após a leitura criteriosa dos títulos, foram excluídos 896 artigos por não atender a temática do estudo. Em seguida, realizou-se a leitura dos resumos na íntegra, excluindo-se outros 92 por não atenderem ao objeto da pesquisa. Os artigos restantes (44) foram submetidos à leitura na íntegra para a análise da adequação aos critérios de inclusão da pesquisa, destes 37 estudos foram excluídos pois não respondiam à pergunta de pesquisa, assim, 7 artigos foram selecionados. (FIGURA 1).

Figura 4 - Fluxograma de seleção dos artigos que compuseram a amostra. Recife-PE,2019.



Fonte: Autora adaptado do Prisma (2009).

Os artigos foram publicados entre 2000 e 2017⁽¹⁶⁻²²⁾. Um artigo obteve nível de evidência 3⁽¹⁸⁾ e seis obtiveram nível 5^(16;17;19-22), de acordo com os níveis de evidência definidos por Galvão⁽¹⁴⁾. Os Estados Unidos^(16-18, 20-21) obtiveram o maior número de artigos publicados, seguido por um estudo realizado no Brasil⁽¹⁹⁾ e um no Peru⁽²²⁾.

Os sete estudos analisados obtiveram classificação A do CASP. Quanto ao desenho metodológico, todos seguiram a abordagem quantitativa, variando apenas a forma de coleta de dados.

As Infecções Sexualmente Transmissíveis encontradas foram: clamídia, gonorreia, sífilis, Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), tricomoníase, hepatite B e hepatite C. A síntese das informações (autoria e principais resultados) extraídas dos artigos encontra-se descrita no Quadro 2.

Quadro 2 - Descrição dos artigos quanto à autoria e principais resultados. Recife, PE, Brasil, 2019.

Autoria	Infecções Sexualmente Transmissíveis mais encontradas
Javanbakht M, Boudov M, Anderson LJ, Malek M, Smith LV, Chien M, Guerry S. ⁽¹⁶⁾	<ul style="list-style-type: none"> - Clamídia (11,4%); - Gonorreia (3,1%); - Sífilis (1,4%); - Tricomoníase (23%); - HIV (1,1%).
Simbulan NP, Aguilar SA, Flanigan T, Cu-uvín S. ⁽¹⁷⁾	<ul style="list-style-type: none"> - Clamídia (13%); - Gonorreia (7%); - Tricomoníase (2%); - Hepatite B (14%).
Stein MD, Caviness CM, Anderson BJ. ⁽¹⁸⁾	<ul style="list-style-type: none"> - Tricomoníase (20,5%); - Clamídia (2,9%); - Gonorreia (2,5%).
Miranda AE, Vargas PM, Louis ME, Viana MC. ⁽¹⁹⁾	<ul style="list-style-type: none"> - Tricomoníase (30%); - HIV (9,9%); - Hepatite B (7,4%); - Hepatite C (59%); - Sífilis (16%); - Gonorreia (7,6%); - Clamídia (11%);
Sutcliffe S, Newman SB, Hardick A, Gaydos CA. ⁽²⁰⁾	<ul style="list-style-type: none"> - Tricomoníase (8,5%); - Clamídia (9%).
El-Bassel N, Marotta PL, Stacey AS, Chang M, Xin M. ⁽²¹⁾	<ul style="list-style-type: none"> - HIV (8,5%); - Clamídia (3%); - Tricomoníase (23%); - Gonorreia (1%).

Garaycochea MC, Pino R, Chavéz I, Portilla J, Miraval ML. ⁽²²⁾	<ul style="list-style-type: none"> - Clamídia (42,3%); - Tricomoníase (10,1%) - Sífilis (2,2%); - HIV (2,2%).
---	---

Fonte: Autora.

5.2 NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM DOS PROFESSORES SOBRE IST NO CONTEXTO PRISIONAL

Os docentes emitiram opiniões sobre as características e conteúdos que consideravam importantes na composição do material: tecnologias práticas, medidas de prevenção, sintomas das principais IST e a diferença entre HIV e Aids, conforme relatado nos discursos:

Quadro 3 – Descrição das necessidades de aprendizagem dos professores sobre IST no contexto prisional de acordo com os discursos do grupo focal. Recife, PE, Brasil, 2021.

Categorias	Códigos
Tecnologias educacionais práticas	<p>[...]Coisas bem práticas, tipo, perguntas sobre a doença e imagens também. (P2 feminino)</p> <p>[...]Eu acredito que se a gente não tiver o conhecimento, a gente não consegue passar. Então a gente precisa também desse conhecimento, básico e simples, que dê pra gente esse conhecimento, pra gente não passar nada errado. (P1 feminino)</p>
Medidas de prevenção às IST	<p>[...]É bom trabalhar ações preventivas, pra que a gente ensine como pode prevenir a contaminação. E pra a gente saber dizer o que elas devem fazer se já tiverem contaminadas, instruir sobre o tratamento pra elas e pra também diminuir a contaminação. (P6 Feminino)</p> <p>[...] Importante saber também como prevenir. Porque muitas vezes a gente acha que alguns tipos de sexo não dá pra pegar, como no sexo oral. (P8 Feminino)</p>
Abordagem às IST mais relevantes	<p>[...]Eu concordo com o grupo, é preciso pegar as IST mais acometidas pra ser o foco maior pra não colocar todas, aquelas que são mais repetidas, as mais perigosas e focar nessas questões. (P4 feminino)</p>

	[...]E trazer outras doenças, porque a gente só escuta falar dentro do presídio mais em AIDS, mas tem muitas outras né? (P3 masculino)
Diferenças entre HIV e Aids	[...]Acho que é muito importante a diferenciação também do que é HIV e o que é a AIDS, eu mesma ainda tenho muito essa dúvida. (P5 feminino)

Fonte: Autora.

Quando perguntados sobre a melhor tecnologia educacional para promover a formação continuada acerca das Infecções Sexualmente Transmissíveis, a maioria dos participantes citou o vídeo educacional, conforme expressado nas falas a seguir:

[...]Eu sempre acho que vídeos, vídeos curtos, coisas curtas, seria muito bacana. (P1 feminino)

[...]Acredito que vídeos, mas precisa ter a linguagem simples e de fácil compreensão. (P2 feminino)

[...]Acho que vídeos com exemplos ficaria muito bom também. (P3 masculino)

[...]Tudo que é muito dialogado, prático, visível, tratamento e tal em vídeos. (P4 feminino)

[...]Eu lembro uma vez que a federal fez uma aula e trouxe umas coisas que nem eu sabia, eu não tinha nem ideia, e quando a gente assiste um vídeo e vê aquilo ali, a gente fica sabendo. (P5 feminino)

5.3 VÍDEO EDUCACIONAL

A versão 1.0 do vídeo educacional “Papo de professor: Infecções Sexualmente Transmissíveis no contexto escolar prisional feminino” com duração de 11’20” e foi composta pela abertura, apresentação da personagem principal, contextualização da temática IST no contexto escolar prisional feminino, apresentação das IST mais prevalentes na população feminina em privação de liberdade e seus principais sinais e sintomas, exposição de medidas preventivas às IST e, por fim, orientações gerais para abordagem da temática em sala de aula.

A etapa de avaliação do conteúdo contou com a participação de 22 profissionais enfermeiros, sendo 81,8% (n=18) do sexo feminino e 18,2% (n=4) do sexo masculino, com idades entre 29 e 57 anos e média de 40 anos (DP± 11,3).

Em relação ao âmbito de atuação profissional, 40,9% (n=9) atuavam na docência, 4,5% (n=1) na assistência e 54,5% (n=12) desempenhavam atividades nas duas áreas, com tempo médio de atuação de 14 anos (DP±7,3).

No que se refere a titulação, 100% (n=22) eram mestres, 40,9% (n=9) eram doutores, 59,1% (n=13) eram especialistas em saúde da mulher e/ou educação em saúde e 40,9% (n=9) eram especialistas em saúde pública e/ou saúde coletiva.

Em relação a produção, 100% (n=22) afirmou desenvolvimento de pesquisa na área de saúde da mulher ou educação em saúde ou tecnologias educacionais nos últimos cinco anos; 90,9% (n=20) possuía produção de artigo científico resultante de pesquisa na área de saúde da mulher, educação em saúde, Infecções Sexualmente Transmissíveis ou tecnologias educacionais em periódicos com Qualis > B2 e 90,9% (n=20) ministra ou ministrou cursos com ênfase na saúde da mulher, educação em saúde, Infecções Sexualmente Transmissíveis ou tecnologias educacionais.

Quanto aos itens avaliados relativos ao “Conceito da ideia” obteve o percentual de concordância geral de 95% e média de concordância (S-IVC/Ave) de 0,93. O I-CVI calculado foi satisfatório quanto ao conteúdo (I-CVI=0,95), clareza do objetivo (I-CVI=0,95) e contribuição do conteúdo do vídeo para o aumento do conhecimento acerca das IST (I-CVI=0,90).

Para os itens relativos à “Construção dramática” o percentual de concordância foi de 86% e a média de concordância (S-IVC/Ave) de 0,89. O item “A abertura do vídeo apresenta impacto” obteve I-IVC= 0,81. Os itens relacionados ao “Ritmo” obtiveram o percentual de concordância de 86% e a média de concordância (S-IVC/Ave) de 0,88. O item “número de ilustrações é suficiente para transmitir a mensagem” obteve (I-IVC) de 0,81. A avaliação dos itens relativos a “Personagens”, “Potencial dramático” e “Estilo visual” também obteve resultados satisfatórios com percentuais de concordância de 93%; 86%; 89%, e médias de concordância (S-IVC/Ave) 0,90; 0,86; 0,90, respectivamente.

O item “Os textos são compreensíveis e possuem naturalidade” relacionado aos “Diálogos” obteve (I-IVC) de 0,81. Os itens relacionados ao “Público referente” obtiveram percentual de concordância de 90,9% e média de concordância (S-IVC/Ave) 0,95.

Todos os itens foram avaliados de maneira satisfatória para serem mantidos no vídeo, pois quando não há significância estatística ($p > 0,05$) significa que a concordância foi considerada estatisticamente superior ao valor estabelecido para considerar o item válido.

A média do I-IVC para todos os itens avaliados, que representa a validade de conteúdo global do vídeo educacional (S-IVC/AVE global), foi igual a 0,90, constatando a validade de conteúdo da tecnologia (Tabela 1).

Tabela 1- Avaliação de conteúdo do vídeo “Papo de professor: Infecções Sexualmente Transmissíveis no contexto escolar prisional feminino”. Recife-PE, 2021.

Item	Concordância n (%)	I-CVI*	p**
Conceito da ideia			
1. O conteúdo do vídeo contribui para o conhecimento dos professores acerca das IST	21(95,5%)	0,95	0,991
2. O objetivo do vídeo está claro	22(100%)	1,00	1,00
Construção dramática			
3. A abertura do vídeo apresenta impacto	18(81,8%)	0,81	0,171
4. O desenvolvimento das narrativas faz com que o interesse pelo vídeo aumente	20(90,9%)	0,90	0,660
5. O desfecho da narrativa incentiva os professores em relação à educação em saúde acerca das IST.	19(86,4%)	0,86	0,380
Ritmo			
6. O número de ilustrações é suficiente para transmitir a mensagem	17(77,3%)	0,77	0,062
7. A duração do vídeo é satisfatória para o desenvolvimento das ilustrações.	20(90,9%)	0,90	0,660
8. A exibição de uma ilustração motiva para a visualização da ilustração seguinte.	20(90,9%)	0,90	0,660
Personagens			
9. A personagem Fernanda, narradora do vídeo, conquista o público-alvo.	20(90,9%)	0,90	0,660
10. A personagem Fernanda, narradora do vídeo, representa o público-alvo.	21(95,5%)	0,95	0,991
Potencial dramático			
11. Existe emoção na narrativa	19(86,4%)	0,86	0,380
Estilo Visual			
12. A interação dos desenhos transmite a mensagem que se propõe.	19(86,4%)	0,86	0,380
13. As ilustrações motivam para a compreensão da mensagem.	20(90,9%)	0,90	0,660
14. As ilustrações são apropriadas para o público-alvo.	20(90,9%)	0,90	0,660
Diálogos			
15. Os textos são compreensíveis e possuem naturalidade.	19(86,4%)	0,86	0,380
Público Referente			
16. Há correspondência entre o conteúdo do vídeo e o mundo real do público-alvo.	20(90,9%)	0,90	0,660
17. A linguagem utilizada pela personagem é clara para o público-alvo.	20(90,9%)	0,90	0,660
S-CVI/AVE			0,90

*Item-Level Content Validity Index **Teste Binomial

Fonte: Autora

Além da avaliação quantitativa, o instrumento contou, ainda, com dois itens que permitiram registro de sugestão de ajustes. O quadro 4 apresenta uma síntese dessa avaliação.

Quadro 4 – Síntese da avaliação qualitativa do conteúdo do vídeo “Papo de professor: Infecções Sexualmente Transmissíveis no contexto escolar prisional feminino. Recife-PE, 2021.

Sugestões dos Juízes
Inserir o nome da bactéria em itálico conforme a normativa (<i>Treponema pallidum</i>).
Acrescentar conteúdo sobre Tricomoniase, pois na narração aparece como uma das IST mais prevalentes na população.
Rever os termos técnicos para tornar a linguagem mais acessível aos professores.
Ajustar o sincronismo entre o áudio e as ilustrações.
Inserir as referências utilizadas para a produção do vídeo.

Fonte: Autora

Para atender às recomendações dos juízes, alguns trechos do áudio foram regravados com a substituição e/ou explicação de termos técnicos, a fim de torná-los compreensíveis. Também foi necessária a adição de áudio acerca de uma IST que não havia sido previamente explorada na versão 1.0 do roteiro. (Quadro 5).

Quadro 5 - Descrição das alterações realizadas no roteiro após avaliação de conteúdo. Recife- PE, 2021.

Fragmentos de texto extraído do roteiro antes da avaliação de conteúdo	Fragmentos de texto extraído do roteiro após avaliação de conteúdo
Quando apresenta sintomas pode causar dor genital, incômodo ao urinar e secreção anormal na vagina ou pênis.	Quando apresenta sintomas pode causar dor genital, incômodo ao urinar e secreção anormal – popularmente conhecida como corrimento, na vagina ou pênis.
O HIV não tem cura, mas o tratamento realizado por meio da terapia antiretroviral oferece boas oportunidades de uma vida confortável.	O HIV não tem cura, mas o tratamento realizado com a combinação de, pelo menos, três medicamentos, conhecido como terapia antirretroviral, oferece boas oportunidades de uma vida confortável.

Também é comum apresentar febre, mal-estar, dores de cabeça e linfonodos pelo corpo.	Também é comum apresentar febre, mal-estar, dores de cabeça e linfonodos – as famosas ínguas, pelo corpo.
Fragmento de texto inserido no roteiro após avaliação de conteúdo	
A tricomoníase é uma Infecção Sexualmente Transmissível bastante comum e provoca corrimento vaginal de odor desagradável, coceira genital e dor ao urinar nas mulheres. Os homens costumam não apresentar sintoma. As complicações incluem o risco de parto prematuro em gestantes, e o tratamento envolve o uso de antibiótico oral para ambos os parceiros.	

Fonte: Autora.

Além do áudio, também foram inseridas novas ilustrações correspondentes e as principais referências utilizadas para produção do vídeo.

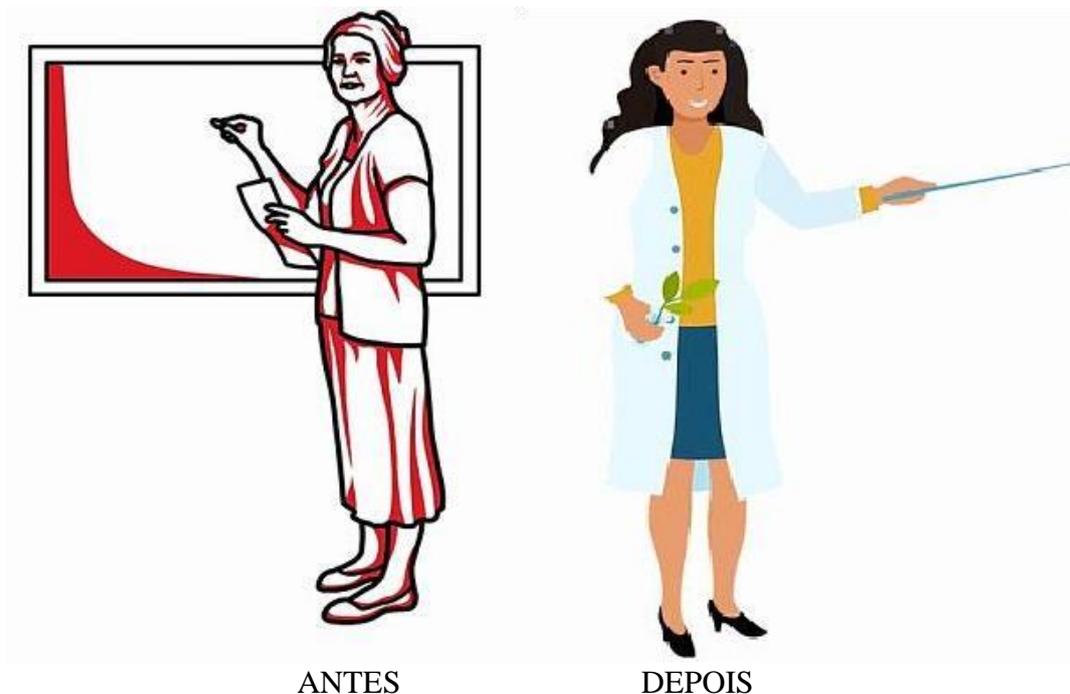
Figura 5 – Ilustrações inseridas no vídeo após a avaliação de conteúdo. Recife, 2021.



Fonte: Autora

Nas questões que versam sobre “personagens”, os itens foram satisfatoriamente avaliados, mas os juízes sugeriram ajustes quanto à caracterização da professora de biologia, de forma que representasse melhor esse personagem.

Figura 6 – Apresentação da professora de biologia após as sugestões dos juízes. Recife, 2021.



Fonte: Autora

O último item do instrumento de avaliação foi composto por um espaço para comentários adicionais e sugestões, no qual os juízes destacaram a pertinência do conteúdo do vídeo, sua relevância e a qualidade do material produzido, conforme falas a seguir:

[...]Parabéns a pesquisadora e sua orientadora por abordar uma temática tão relevante com a produção de uma tecnologia educacional de alta qualidade. (J1 Feminino)

[...]O vídeo está excelente. Didático e chama atenção. Parabéns. Gostei muito. (J2Feminino)

[...]Parabenizo pela sensibilidade ao tema. (J3 Feminino)

[...]Material bastante didático. Parabéns. (J4 Feminino)

A partir da realização das adequações sugeridas pelos juízes especialistas, deu-se origem a versão 2.0 do vídeo educacional submetida a avaliação semântica pelo público-alvo.

Participaram dessa etapa 10 professores, todos do sexo feminino. A idade variou de 38 a 60 anos, com idade média de 52 anos (DP± 7,73). O tempo de formação variou entre 9 e 40 anos, com média de 25 anos (DP± 8,72). Quanto a área de formação, 60% referiram formação na área de Ciências Humanas e Sociais (Geografia, História, Sociologia, Filosofia), 30% em Língua Portuguesa e 10% em Ciências Exatas (Matemática, Química e Física). Acerca da titulação acadêmica, 70% dos participantes possuem Especialização/Pós-graduação, 20% mestrado, 10% doutorado. O tempo de atuação na educação para pessoas privadas de liberdade variou entre 3 e 14 anos, com média de 8 anos (DP± 4,74).

Todos os itens avaliados pelo público-alvo foram julgados satisfatórios (Tabela 2). Dessa forma, não foram sugeridas modificações na tecnologia educacional.

Tabela 2 - Avaliação da aparência do vídeo “Papo de professor: Infecções Sexualmente Transmissíveis no contexto escolar prisional feminino” realizada pelos professores. Recife-PE, 2021.

Item avaliado	n* (%)	I-CVI*	p**
A abertura do vídeo chama a atenção de quem está assistindo e indica sobre o conteúdo do material	10 (100%)	1	1
O tipo, cor e tamanho da letra da abertura e das cenas facilitam a leitura	10 (100%)	1	1
As cores utilizadas para os cenários e personagens são atraentes	10 (100%)	1	1
A duração do vídeo é satisfatória para fornecer conhecimento sobre o assunto	10 (100%)	1	1
As cenas são simples, claras e abordam o conhecimento sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis	10 (100%)	1	1
A forma como as ilustrações são apresentadas motiva a assistir o vídeo.	10 (100%)	1	1
A forma como as ilustrações são apresentadas incentiva os (as) professores(as) para aprimorarem os conhecimentos acerca das Infecções Sexualmente Transmissíveis.	10 (100%)	1	1
As ilustrações mostram situações reais da vivência diária dos (as) professores (as).	10 (100%)	1	1
A linguagem é clara.	10 (100%)	1	1
O enredo é compreensível.	10 (100%)	1	1
S-CVI/AVE			1

*Item-Level Content Validity Index. **Teste Binomial.

Fonte: Autora.

6. DISCUSSÃO

O processo de construção do vídeo “Papo de professor: Infecções Sexualmente Transmissíveis no contexto escolar prisional feminino” pautou-se em referencial metodológico específico, sendo utilizadas técnicas validadas, como revisão integrativa da literatura, grupos focais, avaliação de conteúdo e análise semântica.

Com a finalidade de fundamentar as temáticas abordadas na tecnologia, construiu-se uma revisão integrativa da literatura sobre as IST mais prevalentes na população feminina em privação de liberdade. Os resultados obtidos auxiliaram na elaboração de um roteiro mais condizente com a realidade vivenciada pelo público-alvo.

As altas prevalências de IST/HIV observadas nos resultados dos estudos, enfatizam a importância de intervenções direcionadas à prevenção de novas infecções e tratamento das mais prevalentes, considerando que essas mulheres podem fazer parte de uma rede sexual como “transmissor principal”, com altas taxas de IST e múltiplas parcerias, podendo infectar um grande número de pessoas fora do ambiente prisional, por meio das visitas íntimas (DUARTE, 2014).

Como potenciais transmissores, essa população deve ser considerada prioridade para a saúde pública, incluindo tratamento, notificação de parceiros, educação sexual e acompanhamento após a soltura. As unidades prisionais representam um cenário vantajoso para iniciar intervenções em larga escala devido a oportunidade de acessar regularmente uma população vulnerável por um longo período (FAGEEH, 2019).

Para a escolha do tipo de tecnologia que seria produzida, optou-se por dar voz aos atores envolvidos no processo, mediante a realização de grupo focal com os docentes. A partir da análise das respostas dos participantes, identificou-se conhecimento pouco detalhado e confuso sobre as IST e suas formas de prevenção e tratamento. Essa etapa de diagnóstico situacional do grupo sobre as IST permitiu identificar o que se conhece a respeito da temática, as lacunas no conhecimento, as necessidades de informações para o público e a escolha do vídeo como tecnologia educacional.

A participação do público-alvo nas etapas iniciais da elaboração do vídeo educacional contribuiu para o sucesso do planejamento de ações educativas, pois, à medida que o público se reconhece no enredo, amplia seu senso crítico, criatividade e envolvimento

em causas que considerem relevantes para si e para o seu grupo social (SOUZA; PALMEIRA, 2020).

O vídeo validado neste estudo transmitirá conhecimento sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis, por ser atrativo e facilmente acessível. Contribuirá para o aprendizado por possuir boa empregabilidade em ações educativas na escola e na comunidade. Sua utilização em atividades desenvolvidas com o público que se pretende atingir poderá promover desfechos satisfatórios, aumentando os índices de conhecimento adequado entre os professores e, conseqüentemente, melhores abordagens desses conteúdos em sala de aula.

O áudio visual é um recurso didático e tecnológico que contribui para o processo de aprendizagem, pois complementa as ações educativas, de maneira a abordar as individualidades e especificidades de cada grupo social (DALMOLIN et al., 2016). A eficiência do vídeo como recurso para melhor aquisição de conhecimento é bastante ratificada na literatura (ANTONIOLLI, 2021; FALEIROS, 2019; LEITE, 2017).

O uso dos vídeos para fins educativos destaca-se por ser uma ferramenta rápida, abrangente, incentivadora da autonomia e com caráter lúdico. Além disso, permite a interação do sujeito com o conhecimento e a cooperação entre os indivíduos que a compartilham (RODRIGUES JÚNIOR *et al.*, 2017). O vídeo educativo pode significar uma sofisticação na relação ensino-aprendizagem. Por meio deste, pode-se captar a atenção do público e instigar sua curiosidade em relação às temáticas abordadas (ASHAVER; IGYUVE, 2013).

O conteúdo utilizado na construção do vídeo educativo contemplou ainda, com destaque, a importância da abordagem às IST durante a prática docente em sala de aula, de modo a promover a educação em saúde, prevenir novas infecções e estimular hábitos protetivos em saúde.

A escola representa um local favorável para uma educação que promova ações preventivas. Esse ambiente pode atuar como fator de proteção, por meio dos conhecimentos que nela são veiculados, bem como pelas possíveis relações de confiança que nela possam se estabelecer (MAIA, 2020). Nesse sentido, o trabalho do docente compõe-se em espaço privilegiado, por se constituir em uma profissão de interações humanas, que objetiva mudar ou melhorar a situação das pessoas.

Entretanto, grande parte dos professores passaram pela formação inicial sem qualquer prática pedagógica consistente, inclusive no que diz respeito à educação para sexualidade. Estudo realizado em São Paulo demonstrou que apenas 15% dos professores pesquisados tiveram algum conteúdo sobre educação sexual no período de sua graduação (ROCHA, 2019). Assim, reforça-se a necessidade de políticas públicas que visem processos formativos mais eficientes e abordagens mais amplas de conceitos acerca da saúde sexual, bem como a importância da formação continuada docente por meio de instrumentos atrativos e inovadores, que estimulem o aprendizado, a exemplo do vídeo educacional (LEITE, 2018).

A formação docente necessita ser norteada por meio de problematizações e reflexões acerca do contexto de atuação e vivência do professor, bem como a partir do conhecimento experienciado. Compreende-se, então, que a formação docente deve proporcionar a aproximação da teoria com a prática, dialogando com questões sociais. Para isso, a formação docente precisa dispor de melhores estratégias que proporcionem o desenvolvimento da capacidade de reconhecer as fragilidades, de tomar decisões em função delas e de expansão de conhecimento (SOUZA, 2020). Este fato justifica a pertinência do desenvolvimento de tecnologia educacional destinada aos professores como estratégia para promover a formação continuada acerca das IST.

Apesar do rigor metodológico empregado na etapa de construção, baseado na literatura científica acerca da temática, foi de suma importância a avaliação de conteúdo do vídeo e sua análise pelos docentes para conferir maior credibilidade à tecnologia educacional. Estudos de validação têm o propósito de desenvolver e aprimorar ferramentas que possam auxiliar no processo de comunicação e disseminação de informações, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem e, com isso, a mudança de comportamento (GUIMARÃES, 2019).

Acerca do domínio “conceito da ideia”, os juízes especialistas consideraram o domínio válido. Assim sendo, conteúdo do vídeo contribui para o conhecimento dos professores acerca das IST. O resultado supracitado evidencia a relevância da avaliação por especialistas acerca da qualidade e suficiência do conteúdo das tecnologias educativas em saúde, uma vez que materiais educativos podem negligenciar informações importantes ou realizar a sua exposição de forma breve, superficial ou sem o destaque proporcional à sua importância, o que pode desencadear comprometimento na eficácia da tecnologia (LIMA *et al*, 2017).

No domínio “ritmo”, o item relacionado ao número de ilustrações recebeu sugestões para a inserção de mais ilustrações ao longo do vídeo. Novas ilustrações foram adicionadas à tecnologia, a fim de melhor ilustrar as informações apresentadas no vídeo. Tal resultado é condizente com resultados de estudos nacionais que consideram que uma maior exposição à estímulos visuais convergem para beneficiar a compreensão dos expectadores, diante da exacerbação da percepção visual (GALINDO et al, 2017; HEIM, 2017).

Quanto aos domínios “personagens” e “público referente”, a avaliação também foi satisfatória. A personagem Fernanda representa o público-alvo e, conseqüentemente, o conquista, pois representa a sua realidade. A identificação do público com o personagem, o reconhecimento no contexto do enredo e a interface gráfica são componentes que merecem destaque na produção de material audiovisual (RAMOS; MARTINS, 2016).

Os juízes sugeriram alterações quanto às características físicas da professora de biologia, que foi substituída por uma ilustração que representa uma docente mais jovem, de cabelos soltos e salto alto, com uma folha em mãos, representando a área de conhecimento.

Assim como na literatura ou no cinema, personagens bem construídos e integrados com a narrativa tornam-se mais envolventes e fazem o telespectador se colocar no lugar deles, reconhecendo-se na história (STREAK, 2014). Conseqüentemente, a influência dos personagens e dos aspectos interativos são fundamentais para a compreensão e aprendizagem (RAMOS; MARTINS; ANASTÁCIO, 2017).

Os domínios “potencial dramático” e “estilo visual” foram avaliados satisfatoriamente. A presença de emoção na narrativa é de grande relevância para o processo educacional, em razão da interação entre os processos cognitivos e emocionais no cérebro que responde aos estímulos recebidos, e dependendo do tipo de estímulo – positivo ou negativo – regiões específicas são ativadas favorecendo ou não, a aprendizagem (COSENZA, 2011).

Na avaliação do domínio “diálogos”, houve a recomendação de substituir e/ou explicar alguns termos técnicos, a fim de tornar a linguagem mais compreensível. Visto isso, os termos “terapia antirretroviral”, “secreção anormal” e “linfonodos”, receberam uma breve explicação após serem mencionados no vídeo.

Em pesquisa brasileira que contemplou a validação de material audiovisual sobre Ressuscitação Cardiopulmonar para surdos houve recomendações semelhantes referentes à adequação de termos para melhorar a compreensão das tecnologias (GALINDO *et al*, 2019).

Nesse contexto, torna-se necessária a avaliação das tecnologias educativas por representantes do público que as utilizará a fim de que trechos confusos e pouco compreensíveis sejam ajustados e tornem-se compatíveis com a compreensão dos indivíduos a quem se destinam (ELTORAIS, 2021).

Após as modificações sugeridas pelos especialistas, a análise semântica do vídeo foi realizada com o público-alvo, os docentes. A concordância dos docentes, avaliada na análise semântica, em relação à clareza do vídeo educacional corrobora com maiores probabilidades de a tecnologia viabilizar a multiplicação de informação e contribuir de formamais eficaz com a formação continuada dos professores.

Conforme avaliação dos docentes, o vídeo educativo incentiva a aprendizagem acerca da temática, bem como apresenta informações relevantes. Tais resultados assemelham-se aos observados em pesquisa com avós sobre vídeo educacional sobre promoção do aleitamento materno (ÂNGELO, 2020).

O fornecimento de orientações sobre as IST deve fazer parte da assistência prestada por profissionais da saúde, principalmente pelo enfermeiro, devido ao seu importante papel de educador em saúde, como também pelos professores, por meio das atividades educativas proporcionadas no ambiente escolar. Nesse sentido, um vídeo educacional construído e validado sobre a temática, pode servir como veículo de comunicação e cooperar com a formação continuada de professores e viabilizar o acesso à informação fidedignas acerca das IST.

7. CONCLUSÃO

Este estudo construiu e validou o vídeo educacional "Papo de professor: Infecções Sexualmente Transmissíveis no contexto escolar prisional feminino". A sua versão final possui 11 minutos e 55 segundos, no formato *Draw my life*. Este vídeo consiste em uma produção audiovisual diferenciada das demais ferramentas educacionais que versam sobre a temática, pois foi elaborado a partir da escuta de representantes da população, na tentativa de identificar suas dúvidas e anseios e fornecer o *feedback* acerca de questões relacionadas às IST.

O público-alvo, durante o grupo focal, indicou o vídeo como a tecnologia mais pertinente para sua educação em saúde acerca do tema. A utilização da técnica de grupo focal na identificação da tecnologia a ser construída é um diferencial neste estudo, uma vez que buscou inserir os atores sociais em todas as etapas do desenvolvimento da pesquisa.

Anteriormente à sua realização, no sentido de alicerçar esta dissertação, um estudo de revisão integrativa da literatura identificou as IST mais prevalentes na população carcerária feminina, a fim de construir uma tecnologia educacional mais específica ao público a que se destina.

A limitação do estudo está relacionada a sua realização em uma região do país e com docentes de unidades prisionais femininas, de forma que outros resultados podem ser obtidos na replicação metodológica em outras regiões ou com docentes de unidades prisionais masculinas.

A aplicação desse material educacional poderá ocorrer em pesquisas experimentais que comprovem sua eficácia, a exemplo de ensaios clínicos randomizados, como também nas atividades educativas realizadas por professores e profissionais da saúde, em especial o enfermeiro, que está diretamente ligado à assistência às IST. Ademais, o estudo contribuirá com a literatura científica na temática de tecnologias educacionais sobre as IST.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. P.; DIAS, A. S.; VASQUEZ, E. L.; ABREU, W. F. Educação de Jovens e Adultos em contexto de privação de liberdade: análise de narrativas de um sujeito-educando. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, v. 4, n. 10, p. 378-393, 2019. Disponível em: [10.31892/rbpab2525-426X.2019.v4.n10.p378-408](https://doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2019.v4.n10.p378-408). Acesso em: 07 fev. 2021.

ANDRIOLA, W. B. Ações de formação em EJA nas prisões: o que pensam os professores do sistema prisional do Ceará? **Educação & Realidade**, v. 38, n. 1, p. 179-204, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=317227369011>. Acesso em: 14 out. 2020.

ANGOTTI, J. A. P; AUTH, M. A. Ciência e tecnologia: implicações sociais e o papel da educação. **Ciên. Educ. (Bauru)**, v. 7, n. 1, p. 15-27, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132001000100002>. Acesso em: 07 jun. 2020.

BARBOSA, J. A.; SILVA S. A. R. Políticas de formação de professores para a educação profissional: trajetórias e desafios. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 10, p. 17580-93, 2019. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/3581/3387>. Acesso em: 27 mar. 2021.

BARBOSA, L. U.; VIÇOSA, C. S. C. L.; FOLMER, V. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11, n. 10, p. e772, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e772.2019>. Acesso em: 28 mar. 2021.

BARBOUR R. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Bangkok**: Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/2019/09/cd8bc11ffdc397c32eecd40afbb74.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2 de 19 de maio de 2010**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&Itemid=30192. Acesso em: 27 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Curso TV na escola**: oficina de produção de vídeos. Brasília: Ministério da Educação, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 03 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 882, de 23 de outubro de 2020**. Homologa o Parecer CNE/CP nº 14/2020, do Conselho Pleno, do Conselho Nacional de Educação, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Continuada de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-882-de-23-de-outubro-de-2020-284736247>. Acesso em: 16 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Área Técnica de Saúde no Sistema Penitenciário. **Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_nacional_saude_sistema_penitenciario_2ed.pdf. Acesso em: 28 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Passo a passo PSE: Programa Saúde na Escola**. Tecendo caminhos da intersectorialidade. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/passo_a_passo_programa_saude_escola.pdf. Acesso em: 09 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Boletim Epidemiológico HIV/Aids 2020**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2020/boletim-epidemiologico-hivaids-2020>. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. **Resolução nº7, de 8 de outubro de 2020**. Revoga resoluções do CNPCP que se tem por vício de forma ou exaurimento de efeitos, não se invalidando seu conteúdo, além de outras providências. Brasília: Ministério da Justiça, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-7-de-8-de-outubro-de-2020-282478252>. Acesso em: 06 nov. 2020.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Editoração e Publicações. Coordenação de Edições Técnicas. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 09 out. 2020.

CARVALHO, D. S. *et al.* Elaboration of an educational technology for ostomized patients: peristomal skin care. **Rev Bras Enferm**, v. 72, n. 2, p. 447-54, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0024>. Acesso em: 15 fev. 2020.

COLE, J. *et al.* Opt-out screening for Chlamydia trachomatis and Neisseria gonorrhoeae in female detainees at Cook County jail in Chicago, IL. **Sex Transm Dis.**, v. 41, n. 3, p. 161–165, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/OLQ.000000000000106>. Acesso em: 18 mar. 2020.

COMPARATO, D. **Da criação ao roteiro: teoria e prática**. São Paulo: Summus, 2009.

CORDEIRO, E. L. *et al.* Perfil epidemiológico dos detentos: patologias notificáveis. **Av Enferm.**, v. 36, n. 2, p. 170-8, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/aven/v36n2/0121-4500-aven-36-02-170.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2021.

COSENZA, R. GUERRA, L. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende**. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

COSTA, R. T. S. *et al.* Uso do draw my life no ensino de graduação em enfermagem: relato de enfermagem. **Revista Saúde**, v.11, n.3, 2018. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/saude/article/view/2501/2393>. Acesso em: 04 jun 2021.

COZENDEY, S. G.; COSTA M. P. R. Utilizando a audiodescrição como um recurso de ensino. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 13, n. 3, p. 1164-1186, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6683640>. Acesso em: 25 maio 2021.

CURSINO, A. G. **Contribuições das tecnologias para uma aprendizagem significativa e o desenvolvimento de projetos no ensino fundamental I**. Dissertação (mestrado em Engenharia) – Escola de Engenharia de Lorena, Universidade de São Paulo, Lorena, 2017. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/97/97138/tde-21112017-142801/publico/PED17010_O.pdf. Acesso em: 06 maio. 2021.

DALMOLIN, A. *et al.* Vídeo educativo como recurso para educação em saúde a pessoas com colostomia e familiares. **Rev Gaúcha Enferm.**, v. 37, p. e68373, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.esp.68373>. Acesso em: 22 fev. 2020.

DELZIOVO, C. R. *et al.* **Atenção à saúde da mulher privada de liberdade**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/7427>. Acesso em: 12 jan. 2020.

DIUANA, V. *et al.* Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade. **Ciênc. saúde coletiva**. v. 21, n. 7, p. 2041-50, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.21632015>. Acesso em: 26 maio. 2020.

DOMINGUES, R. M. S. M. *et al.* Prevalence of syphilis and HIV infection during pregnancy in incarcerated women and the incidence of congenital syphilis in births in prison in Brazil. **Cad. Saúde Pública**, v. 33, n. 11, p. e00183616, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00183616>. Acesso em: 24 jan. 2020.

DUARTE, A. J. O.; SIVIERI-PEREIRA, H. O. Aspectos históricos da educação escolar nas instituições prisionais brasileiras do período imperial ao século XXI. **Educação Unisinos**, v. 22, n. 4, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/edu.2018.224.14731>. Acesso em: 23 ago. 2020.

DUARTE, M. T. C.; PARADA, C. M. G. L.; SOUZA, L. R. Vulnerability of women living with HIV/aids. **Rev Latino-Am Enfermagem.**, v. 22, n. 1, p. 68-75, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-1169.2837.2377>. Acesso em: 12 dez. 2020.

ELTORAIS, A. E. *et al.* Most american academy of orthopaedic surgeons' online patient education material exceeds average patient reading level. **Clin Orthop Related Res.**, v. 473, n. 4, p. 1181-6, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11999-014-4071-2>. Acesso em: 06 maio. 2021.

FAGEEH, W. M. Sexual behavior and knowledge of human immunodeficiency virus/aids and sexually transmitted infections among women inmates of Briman Prison, Jeddah, Saudi Arabia. **BMC Infect Dis.**, v. 24, n. 14, p. 290-7, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1471-2334-14-290>. Acesso em: 14 fev. 2021.

FAIAL, L. C. M. *et al.* A escola como campo de promoção à saúde na adolescência: revisão literária. **Rev Pró-Uni.**, v. 7, n. 2, p. 22-9, 2016. Disponível em: <http://editora.universidadedevasouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/344>. Acesso em: 16 jan. 2021.

FAIAL, L. C. M. *et al.* Saúde na escola: contribuições fenomenológicas a partir da percepção do aluno adolescente. **Rev Enferm UFPE online.**, v. 11, n. 1, p. 24-30, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/11874/14324>. Acesso em: 26 fev. 2021.

FALEIROS, F. *et al.* Desenvolvimento e validação de vídeo educativo para autocateterismo vesical intermitente limpo. **Rev Eletr Enferm.**, v. 21, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ree.v21.53973>. Acesso em: 06 maio 2021.

FEHRING, R. J. Symposium on validation models: the Fehring model. In: CARROLL-JOHNSON, R. M.; PAQUETTE, M. **Classification of Nursing Diagnoses** - Proceedings of the Tenth Conference. North American Nursing Diagnosis Association. Philadelphia: Lippincott, p. 55-62, 1994.

FEITOSA, S. C. S. **Das grades às matrizes curriculares participativas na EJA: os sujeitos na formulação da Mandala Curricular.** Tese (Doutorado em educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-18072012-152743/publico/SONIA_COUTO_SOUZA_FEITOSA.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALINDO NETO, N. M. **Efetividade de vídeo educativo no conhecimento e habilidade de surdos acerca da ressuscitação cardiopulmonar: ensaio randomizado controlado.** Tese (doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/30191/1/2018_tese_nmgneto.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

GASPARELO, R. R. S.; SCHNECKENBERG, M. Formação continuada de professores: racionalidade técnica versus desenvolvimento profissional. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n. esp.2, p. 1119- 1134, nov. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22633/rpge.v21.n.esp2.2017.10185>. Acesso em: 18 mar. 2021.

GOMES, L. F. Vídeos didáticos: uma proposta de critérios para análise. **Rev Bras Est Pedag.**, v. 2, n. 3, 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3128>. Acesso em: 26 out. 2020.

GONÇALVES, H. C. B. *et al.* Prevalência das infecções sexualmente transmissíveis na população carcerária feminina de Anápolis – Goiás. **Revista Educação em Saúde**, v. 7, supl 2; 2019. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/educacaoemsaude/article/view/4085>. Acesso em: 05 jun. 2021.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

JESUS, M. A.; DINIZ, J. B. O estudo da vida e obra de grandes nomes da física moderna e contemporânea através da produção de vídeos com a técnica draw my life. **J Basic Edu Tech.**, v. 1, n. 1, p. 72-80, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/102>. Acesso em: 02 jul. 2021.

LEITE, E. A. P. *et al.* Alguns desafios e demandas da formação inicial de professores na contemporaneidade. **Educ. Soc.**, v. 39, n. 144, p. 721-737, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018183273>. Acesso em: 14 jun. 2021.

LEITE, S. S. **Construção do roteiro do vídeo educativo para pessoas surdas sobre o uso do coito interrompido**. Dissertação (mestrado em enfermagem) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21888/1/2017_dis_ssleite.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

LIMA, M. B. *et al.* Construction and validation of educational video for the guidance of parents of children regarding clean intermittent catheterization. **Rev Esc Enferm USP**, v. 51, p. e03273, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2016005603273>. Acesso em: 18 fev. 2021.

LOPES, M. C. R.; MOREL, C. M. Processos de aprendizagem de adultos na educação profissional em saúde. **Trab. Educ. Saúde**, v. 17, n. 1, p. e0018111, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00181>. Acesso em: 14 out. 2020.

LOPES, M. V. O.; SILVA, V. M.; ARAÚJO, T. L. Methods for establishing the accuracy of clinical indicators in predicting nursing diagnoses. **International Journal of Nursing Knowledge**, Indianópolis, v. 23, n. 3, p. 134-139, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.2047-3095.2012.01213.x>. Acesso em: 17 jan. 2021.

LOPES, M. V. O.; SILVA, V. M.; ARAUJO, T. L. Validação de diagnósticos de enfermagem: desafios e alternativas. **Rev Bras Enferm**, v. 66, n. 5, p. 649–655, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000500002>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MACHADO, F. C.; LIMA, M. F. W. P. O uso da tecnologia educacional: um fazer pedagógico no cotidiano escolar. **Scientia cum Industria**, v. 5, n. 2, p. 44-50, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18226/23185279.v5iss2p44>. Acesso em: 06 jan. 2021.

MAIA, A. P. O.; SILVA, N.; NORONHA, W. S. Educação sexual na escola: sob o olhar do gestor e professor. **Braz. J. of Develop.**, v. 6, n. 3, p. 9864-9882. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/7309>. Acesso em: 26 mar. 2021.

MEDEIROS, R. K. *et al.* Modelo de validação de conteúdo de Pasquali nas pesquisas em Enfermagem. **Revista de Enfermagem Referência**, v. 4, n. 4, p. 127-135, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12707/RIV14009>. Acesso em: 11 dez. 2020.

MIRAILH, R.; ALBANO, C. S. Estudo comparativo entre grupo focal e delphi para pesquisas exploratórias. **Anais do 10º Salão Internacional De Ensino, Pesquisa e Extensão**, Santana do Livramento, 2018. Disponível em: https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/17539/seer_17539.pdf. Acesso em: 11 fev. 2021.

MONTENEGRO-MARTÍNEZ, G. Los propósitos de la educación en salud pública. **Rev. Fac. Nac. Salud Pública**, v. 37, n. 2, p. 67-74, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/120/12060716008/12060716008.pdf>. Acesso em: 19 maio 2021.

MORAES, A. F. A diversidade cultural presente nos vídeos em saúde. **Interface.**, v. 12, n. 27, p. 811-22, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832008000400011>. Acesso em: 27 mar. 2021.

MORTOLA, L. A. *et al.* Vídeo educativo sobre a quimioterapia oncológica: tecnologia na educação em saúde. **Cienc Cuid Saúde**, v. 20, p. e50365, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/ciencucuidsaude.v20i0.50365>. Acesso em: 16 abr. 2021.

NICOLAU, A. I. O. *et al.* Retrato da Realidade Socioeconômica e Sexual de Mulheres Presidiárias. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 25, n. 3, p. 386-92, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002012000300011>. Acesso em: 07 jan. 2021.

NIETSCHE, E. A. *et al.* Tecnologias educacionais, assistenciais e gerenciais: uma reflexão a partir da concepção dos docentes de enfermagem. **Rev Lat Am Enfermagem**, v. 13, n. 3, p. 344-53, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692005000300009>. Acesso em: 22 mar. 2021.

NIETSCHE, E. A. *et al.* Tecnologias inovadoras no cuidado em enfermagem. **Rev Enferm UFSM.**; v. 2, n. 1, p. 182-9, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/217976923591>. Acesso em: 12 out. 2020.

OLIVEIRA, C. B. F. A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG). **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 4, p. 955-967, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013005000017>. Acesso em: 07 jan. 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.

PEREIRA, G. F. M. *et al.* HIV/aids, hepatites virais e outras IST no Brasil: tendências epidemiológicas. **Rev. bras. epidemiol.**, v. 22, supl 1, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415790X2019000200100&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jan. 2020.

PEREIRA, G. R. *et al.* Formação continuada de professores dos anos iniciais da educação básica: impacto do programa formativo de um museu de ciência a partir do viés crítico-reflexivo, **Revista Ensaio**, v. 19, p. e2470, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-21172017190115>. Acesso em: 18 mar. 2021.

POLIT, D. F.; BECK, C. T. **Delineamento de Pesquisa em Enfermagem**. In: Polit, D.F. and Beck, C.T., Eds., Fundamentos de pesquisa em enfermagem: Avaliação de evidências para prática de enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2011.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Análise quantitativa**. In: Polit DF, Beck CT, Hungler BP. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RAIMAN, A. **Formação de professores e práticas educativas: outras questões**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2013.

ROCHA, K. P. S. *et al.* Infecções Sexualmente Transmissíveis: sensibilizando o professor sobre gonorreia, hepatite B, Vírus do Papiloma Humano e sífilis. **Revista Interdisciplinar de Tecnologias e Educação**. Ed. especial: VI SEC Simpósio de Ensino de Ciências. 2019. Disponível em: <http://rinte.ifsp.edu.br/index.php/RInTE/article/view/471>. Acesso em: 18 jun. 2021.

RUFINO, E. C. *et al.* Conhecimento de mulheres sobre IST/AIDS: intervindo com educação em saúde. **Ciênc. cuid. saúde**, v. 15, n. 2, p. 304-312, 2016. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-38612016000200304&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 jan. 2020.

SANTIAGO, J.; BRITTO, T. F. A Educação nas Prisões. **Revista de Informação Legislativa**, v. 43, n. 171, p. 299-304, 2006. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/95318>. Acesso em: 16 jan. 2020.

SARMENTO, S. S. *et al.* Estratégias metodológicas nas abordagens sobre IST no Ensino fundamental. **REVASF**, v. 8, n.17, p. 83-99, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/download/293/275/1224>. Acesso em: 18 fev. 2020

SCORUSPKI, R. M. *et al.* Vídeos educativos sobre aleitamento materno: educação em saúde online. **Revista Extensão em Foco Palotina**, n. 21, p. 127-143, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/69716>. Acesso em: 02 fev. 2021.

SILVA, R. Fundamentos epistemológicos para uma EJA prisional no Brasil. **Rev Brasileira de Execução Penal**, v. 1, n. 1, p. 59-76, 2017. Disponível em: <http://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/article/view/49>. Acesso em: 26 mar. 2021.

SOUSA JÚNIOR, M. G.; SILVA, F. G. C.; COSTA, M. A. M. Tecnologias digitais e formação de professores: implicações para as práticas de ensino de professores de cursos de licenciatura em Letras. **Revista Linguagem em Foco**, v. 12, n. 2, p. 150-169, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.46230/2674-8266-12-4054>. Acesso em: 17 abr. 2021.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-6, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2021.

SOUZA, L. K. Recomendações para realização de grupos focais na pesquisa qualitativa. **PSI UNISC**, v. 4, n. 1, p. 52-66, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v4i1.13500>. Acesso em: 11 abr. 2021.

TEIXEIRA, E; MOTA, V.M.S.S. **Tecnologias educacionais em foco**. 1. ed. São Paulo: Editora Difusora, 2018.

TOZETTO, S. S.; BULATY, A. A história da formação de professores frente aos saberes e ao trabalho docente. In: RAIMAN, A. **A graduação e a formação de professores: elementos implicadores da formação**. Jundiaí: Pacto Editorial, 2015.

TRIGUEIRO, D.R.S.G. *et al.* Aids e cárcere: representações sociais de mulheres em situação de privação de liberdade. **Rev. esc. enferm. USP**, v. 50, n. 4, p. 554-561, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&nrm=iso&lng=pt&tlng=pt&pid=S0080-62342016000400554. Acesso em: 05 dez. 2019.

UNESCO. **Regras mínimas para o tratamento de reclusos. Primeiro Congresso das Nações Unidas Sobre a Prevenção do Crime e Tratamento do Delinquente**. UNESCO, 1955. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf. Acesso em: 28 jun. 2021.

UNODC. United Nations Office on Drugs and Crime. **The Bangkok Rules**. 2015. Available from: <https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/BangkokRulesENG22032015.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

URSI, E. S.; GALVÃO, C. M. Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 14, n. 1, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692006000100017>. Acesso em: 25 jun. 2021.

VIEIRA, M. P.; MATSUKURA, T. M. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, p. 453-474, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n69/1413-2478-rbedu-22-69-0453.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.